

# humanitas

Vol. XLVII - Vol. II

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



# HUMANITAS

Vol. XLVII • TOMO II  
MCMXCV

2.ª PARTE DA MISCELÂNEA EM HONRA  
DA DOUTORA MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA



MANUEL CADAFAZ DE MATOS  
*Universidade Católica Portuguesa*

**LEITURA E LEITORES DE CÍCERO  
EM LISBOA E COIMBRA  
AO TEMPO DE D. JOÃO III (1534-1543)**

*Cícero foi o estímulo privilegiado para a reflexão filosófica e moral em muitos autores peninsulares da Idade Média e do Renascimento.*

— Prof. Dr. Francisco da Gama Caeiro <sup>1</sup>.

*(...) Quando procuramos determinar quais são os pilares em que assenta a formação das consciências no mundo ocidental, há uma obra que nunca pode faltar, e essa é o conjunto dos tratados filosóficos de Cícero.*

— Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena da Rocha Pereira <sup>2</sup>.

Durante o período de transição da Idade Média para o Renascimento, a figura — e sobretudo a obra — de Cícero agigantou-se entre alguns dos mais destacados intelectuais portugueses. Tendo, em estudo recente, procurado trazer algumas achegas a esta matéria, no período da História da Cultura portuguesa desde as primeiras décadas do século XV até meados

---

<sup>1</sup> Francisco da Gama Caeiro [desaparecido do mundo dos vivos em Setembro de 1994], na última carta que escreveu ao autor deste estudo, datada de 9 de Junho de 1994.

<sup>2</sup> Maria Helena da Rocha Pereira, «Nas Origens do Humanismo ocidental: os tratados filosóficos ciceronianos», in *Revista da Faculdade de Letras* [da Universidade do Porto], Línguas e Literaturas, II Série, vol. II, Porto 1985, p. 8.

do século XVI<sup>3</sup>, iremos, agora, trazer algumas reflexões em matéria que se prende, ainda, com a primeira metade de Quinhentos.

Quando se pretende homenagear uma das mais empenhadas e lúcidas investigadoras que tem dedicado a maior parte das suas pesquisas ao estudo do período clássico, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena da Rocha Pereira, não será demais relevar que, também aos estudos ciceronianos, votou vários dos seus estudos<sup>4</sup>. A investigadora que em 1954-55 contribuiu com importantes achegas — em parceria com o Prof. Luís de Pina — para o conhecimento de uma parte da obra de Pedro Hispano<sup>5</sup>, é a que, cerca de três décadas depois [1984], enriqueceria o *terreno* ciceroniano em Portugal com estudos não menos representativos.

Avaliar a repercussão de Cícero entre intelectuais portugueses em fins da primeira metade do século XVI implicará recuar algum tempo antes e constatar-mos como, já na década de trinta — em que influenciou a obra de autores da craveira de Lopo Serrão, como já vimos — a sua obra era instrumento de trabalho (e reflexão) obrigatório por parte de alguns dos mais importantes humanistas portugueses.

---

<sup>3</sup> Manuel Cadafaz de Matos, «A presença de Cícero na obra de pensadores portugueses nos séculos XV e XVI (1436-1543)», in Revista *Humanitas*, vol. XLVI, Coimbra, Faculdade de Letras, 1994, pp. 259-304. Tendo-se registado três pequenas imprecisões na composição desse nosso texto, gostaríamos de proceder, aqui, às respectivas rectificações: na p. 265 (l. 18), onde se lê 1408, deve ler-se 1418; na p. 290 (ls. 21-22), onde se lê integra a data. deve ler-se *apresenta a data*; na p. 300 (l. 24); onde se lê 38/ 56/ Pro sestio. Interrogatio in Vatinius, deve ler-se, 38 / 56 / Pro Sestio. // 38-A, Interrogatio in Vatinius; e ainda na p. 300 (l. 27), onde se lê 41 / 56 / De Aruspicum Responsis, deve ler-se 41 / 56, De Aruspicum Responsibus.

Na secção desse nosso estudo referente ao humanista Lopo Serrão e ao seu longo poema *De Senectute*, devemos ao saber do Prof. Dr. Sebastião Tavares de Pinho, do Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra e à sua Amizade, algumas indicações que melhor permitem enquadrar (e até corrigir) aquelas nossas considerações. Em uma amável carta de 13 de Dezembro de 1994, o investigador que dedicou a Lopo Serrão a sua Tese de Doutoramento explicita:

«(...) Não conheço nenhum manuscrito autógrafo (nem apógrafo) do *De Senectute* de L. Serrão: conheço tão-só o *post scriptum* que ele juntou a uma carta autógrafa de S. Francisco Xavier escrita de Lisboa para S. Inácio de Loyola e do qual reproduzi a assinatura na capa do meu livro e o próprio texto, pág. 30. Também não está provado que o Dr. Paulo Afonso fosse castelhano; muito pelo contrário. Finalmente, Lopo Serrão não terá terminado o seu poema em Paris, mas sim pouco antes do desastre de Alcácer Quibir (1578), embora parte dele tenha sido composto desde a juventude como ele diz».

<sup>4</sup> Para além do estudo referenciado atrás na nota 2, vide, ainda, entre outros, o capítulo que consagrou a Cícero in *Estudos de História da Cultura Clássica*, vol. II *Cultura Romana*, Lisboa, 1984, pp. 175-183 (e bibliografia aí referenciada).

<sup>5</sup> Luís de Pina e M. H. da Rocha Pereira, *Thesaurus Pauperum*, Porto, 1954-1955 (agradecemos a esta erudita a cedência de um exemplar, já hoje raro, desta edição).

## 1. O ESPÍRITO CICERONIANO DE ANDRÉ DE RESENDE E DE JERÓNIMO CARDOSO

Se em Lopo Serrão a influência ciceroniana se encontra condensada num único livro, de dimensão maior, o longo poema *Da Velhice*<sup>6</sup>; em André de Resende a aproximação ao universo cultural e espiritual da obra do Arpinate, se bem que não seja uma constante, manifesta-se com alguma continuidade na sua obra.

Iremos debruçar-nos assim, primeiramente, sobre os reflexos do pensamento de Cícero na Oração de Sapiência intitulada *Oratio pro Rostris*, proferida no início das aulas na Universidade de Lisboa em 1534. E reconhecendo-se que não somos latinista, mas antes investigador da História do Livro, procuraremos abordar aqui, necessariamente, algumas questões que se prendem, neste âmbito, com a circulação de textos latinos no período áureo do Humanismo em Portugal.

Regressando a Portugal em 1533, com 34 anos incompleto<sup>7</sup>, André de Resende deixava para trás um conjunto de intelectuais pelos quais já nutria uma particular estima e que também já sentiam, pelo eborense, uma significativa afeição. Contavam-se entre eles, na Península, Nebrija<sup>8</sup> e Aires Barbosa — que haviam sido seus mestres na sua passagem pelas Universidades de Alcalá de Henares e Salamanca<sup>9</sup> — e, mais além, outros como Erasmo<sup>10</sup> e Nicolau Clenardo.

---

<sup>6</sup> Sebastião Tavares de Pinho, *Lopo Serrão e o seu poema «Da Velhice»*. Estudo introdutório, texto latino e aparato crítico, tradução e notas, Coimbra, INIC, 1987. Ainda a este investigador se ficou a dever a edição de *A Amizade*, de Cícero, com criteriosas introdução, versão do latim e notas, Coimbra, INIC, 1993.

<sup>7</sup> Para uma análise, mesmo que sumária, da biografia resendiana remetemos para Diogo Mendes de Vasconcelos, *Vida do Licenciado André de Resende*, Évora, Martinho de Burgos, 1593 (nova ed. por Bento José de Sousa Farinha, Lisboa, 1785, pp. 11-36); e para Francisco Leitão Ferreira, «Notícias da Vida de André de Resende», in *Arquivo Histórico Português*, vol. VII, Lisboa, 1909, pp. 339-375 e 393-417; vol. VIII, Lisboa, 1910, pp. 62-69, 161-184 e 338-366; e vol. IX, Lisboa, 1914, pp. 177-248, todos com eruditas notas de Anselmo Bramcamp Freire.

<sup>8</sup> Sensivelmente deste período da vida do grande humanista castelhano, António de Nebrija, é a edição feita por este intitulada *Auli Presii Flacci Satirae cii interpretatiõe Aelii Antonii Nebrissensis grammatici atque regii historiografii...*, Logroño, por Michalis de Eguía, 1529, de que existe um exemplar, raríssimo, na LHITIPOR.

<sup>9</sup> Em relação ao período da frequência de humanistas portugueses na universidade salamantina, um dos mais exigentes estudos continua a ser o do Prof. Joaquim Veríssimo Serrão, «Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)», in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 3.ª série, n.º 5, de 1962.

<sup>10</sup> Vide Manuel Cadafaz de Matos, *Erasmo da Sua Modernidade*, Braga, 1987.

Em 1 de Outubro de 1534, pouco depois do regresso, pronunciou Resende a conhecida *oratio*, nos Estudos Gerais em Lisboa. E a abrir essa alocução, o humanista patenteava já, no apego a Cícero, os resíduos das múltiplas leituras que fizera, por essa Europa de Quinhentos, da obra do Arpinate e das *lições* que dela colhera:

*Escreve Cícero no segundo livro dos Retóricos que Zêuxis de Heracleia, no seu tempo o melhor dos pintores, fora contratado pelos cidadãos de Crotona, por um alto salário, para lhes decorar com belas pinturas o templo de Juno por quem tinham a maior devoção*<sup>11</sup>.

O humanista eborense, ao que registou o Prof. Américo da Costa Ramalho, adapta nesta passagem «o começo do 2.º livro do tratado *De Inventione* a um diferente daquele que Cícero se propusera tratar». No orador romano o texto continua com a informação de que uma das imagens a pintar seria a de Helena. Para isso solicitou aos Crotoniatas que lhe expusessem as mais belas adolescentes do burgo, das quais escolheu meia dezena. E tendo copiado o que de mais belo havia em cada uma, pintou assim «o retrato ideal da formosíssima grega»<sup>12</sup>.

Explicita aquele latinista conimbricense que, em Resende, *o exemplar ciceroniano* permite essencialmente lembrar que, entre cidadãos de Lisboa, a escolha de um orador, para aquele efeito — nesse começo do ano lectivo de 1534 — recaiu num cidadão de Évora, para lhes *pintar* o templo de Palas na cidade do Tejo ou de Ulisses. E precisa: «este exórdio, sob o signo de Cícero é seguido de repetidas citações do escritor romano na caracterização das diferentes disciplinas»<sup>13</sup>. Recuando meio século, esta invocação ciceroniana encontra um notório paralelismo na oração com que Cataldo Sículo recebeu em 1490, em Évora, a noiva do Príncipe D. Afonso, D. Isabel. O humanista, enaltecendo D. João II, considera-o superior a Alexandre e a César, e destacando a figura de D. Leonor, coloca-a a par de Cícero e de Demóstenes<sup>14</sup>. Tal apego de Cataldo a Cícero já

<sup>11</sup> Américo da Costa Ramalho, *Cícero nas orações universitárias do Renascimento*, in Revista da Faculdade de Letras [da Universidade do Porto], Línguas e Literaturas. II Série, vol. II, Porto, 1985, p. 29.

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>14</sup> Vide Cataldo Parísio Sículo, *Duas Orações*, ed. M. Margarida Brandão G. da Silva e A. Costa Ramalho, Coimbra, 1974, pp. 55-56; e, ainda, Maria Helena da Rocha Pereira, «Presenças da Antiguidade Clássica em *Os Lusíadas* [Aveiro, 1984], nova ed. in *Novos Ensaíos sobre Temas Clássicos na Poesia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 112.

pode ser testemunhado, aliás, como demonstrou Stamato Marcelino de Carvalho, ao período anterior à sua vinda para o nosso país<sup>15</sup>.

De dois anos depois da *oração* pronunciada por André de Resende na capital, é a *oratio* de Jerónimo Cardoso. Esta foi, como é sabido, a última a ser proferida em meios académicos em Lisboa, antes da transferência da Universidade para Coimbra, e nela está patente, de igual modo, uma *recorrência* a Cícero.

Neste âmbito, coloca-se uma questão que se afigura, a nosso ver, como pertinente. O problema que se antepõe diz respeito ao facto de estes humanistas evocarem (nos seus discursos) os principais escritores clássicos — gregos e romanos —, e o fazerem, tanto por via directa como por via indirecta<sup>16</sup>, com contornos muitas vezes difíceis de definir.

---

<sup>15</sup> Cataldo Sículo, na *Oratio habita Bononiae publice a Cataldo in omnium scientiarum et in ipsius Bononiae laudus*, pronunciada, segundo Costa Ramalho, antes daquele humanista vir para Portugal (em 1485 ou ainda antes). Nessa *oratio* Cataldo põe em relevo uma passagem do Livro V das *Tusculanas*:

«Filosofia, ó guia da vida, ó pesquisadora da virtude e rechaçadora dos vícios! Sem ti o que teria sido não apenas da minha vida, mas da vida de todos os homens? Tu deste a luz às cidades, tu chamaste à vida social os homens que andavam dispersos, tu juntaste-os primeiro pela residência em comum, depois pelo casamento, a seguir pela comunhão das letras e da língua! Tu foste a inventora das leis, a mestra dos costumes e da sua disciplina! Em ti nos refugiamos, a ti pedimos auxílio, a ti, se antes confiávamos grande parte de nós, agora nos confiamos profundamente e por inteiro! Um só dia bem vivido, segundo os teus preceitos, é preferível à imortalidade no erro! A quem recorrer, senão a ti, que nos concedeste a tranquilidade da vida e anulaste o terror da morte?»

A respeito desta passagem das *Tusculanas* perfilhadas por Cataldo Sículo, remetemos para Luís Carlos Stamato Marcelino de Carvalho, *A Oração de Cataldo em Bolonha: sua permanência na oratória do século XVI* [Tese de Doutoramento], Rio de Janeiro, Universidade Federal, 1980, e Américo da Costa Ramalho, *op. cit.*, p. 39.

<sup>16</sup> Se, em muitos dos casos com que deparamos, o intelectual humanista — a um nível metodológico — explicita ao leitor, pelo menos, a obra de onde colheu determinada ideia que referencia, outros há, porém, que o não fazem dessa forma. Há, ainda — e este caso é muito frequente no período do Renascimento — aqueles que colhem passagens de autores mais *admirados* e *seguidos*, de muitas das colectâneas que então se publicavam especialmente para o efeito. Uma dessas edições mais utilizadas na segunda metade do século XVI em Portugal era a preparada pelo humanista Mário Nizzoli (que viveu entre 1498 e 1566) e se intitulou *Nizolius, sive Thesaurus Ciceronianus, omnia Ciceronis verba, omnemque loquendi at que loquendi varietatem complexus, nunc iterum, eruditi hominis hercules labore atque industria, quarta parte auctior...*, de que existe na Biblioteca Nacional, em Lisboa, a edição veneziana, da Oficina Aldina, 1570: (87), 427 págs. Jerónimo Cardoso terá sido, a nosso ver, um dos autores que perfilharam esta segunda forma de recorrência aos textos de clássicos que mais procurava seguir.

Se na *oratio* resendiana de 1534 a evocação ciceroniana ali se apresenta ao leitor (como em seu tempo próprio se apresentou ao auditor) de uma forma *directa*, o mesmo já não se constata na de Jerónimo Cardoso, proferida em 1536, onde o Arpinate apenas está presente de uma forma velada, leia-se *indirecta*. O conhecido lexicógrafo, que nos nossos dias já suscitou importantes estudos a reputados filólogos como Justino Mendes de Almeida<sup>17</sup> e Paul Teyssier<sup>18</sup>, não refere directamente, o nome de Cícero. Porém, como já criteriosamente observou também Américo da Costa Ramalho, «a reminiscência vem provavelmente do *De Optimo Genere Oratorum*»<sup>19</sup>. Este trabalho foi escrito no ano 45 a.C. e figura como prefácio na tradução latina que ele empreendeu de alguns dos mais importantes discursos de oradores de Atenas.

Temos visto até aqui alguns exemplos — e outros poderíamos também apontar — de evocações ciceronianas, na década de trinta do período de Quinhentos, produzidas essencialmente no seio da Universidade em Lisboa. Em 1537, no entanto, D. João III fez transferir a Academia para Coimbra e, nesta cidade, o apego a Cícero continuou, obviamente, a ser uma constante não só no âmbito de orações universitárias como, também, ao nível de algumas das mais importantes obras aí produzidas e publicadas.

## 2. A PREPARAÇÃO (TAMBÉM CICERONIANA) DE MÁXIMO DE SOUSA, TEOTÓNIO DE BRAGANÇA E INÁCIO DE MORAIS EM COIMBRA

Enquanto André de Resende e Jerónimo Cardoso continuavam a sua caminhada intelectual e humanística mais ao sul (veremos como mais tarde, cerca de 1568-69, J. Cardoso irá dar de novo testemunho do seu

<sup>17</sup> Justino Mendes de Almeida, «O primeiro lexicógrafo português de língua latina», in Revista *Euphrosyne*, II, Lisboa, 1959, pp. 139-152.

<sup>18</sup> Paul Teyssier, «Jeronimo Cardoso et les origines de la Lexicographie portugaise», in *Études de Littérature et de Linguistique*, Paris, Centro Cultural Português da Fundação Gulbenkian, 1990, pp. 199-230. Um outro lusófilo — e a quem Portugal, de igual modo, tanto deve, I. S. Révah, é o autor de não menos valioso estudo, de interesse para esta matéria e intitulado «Les Origines de Jeronimo Cardoso, aucteur du premier dictionnaire portugais imprimé», in *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, vol. XXXVI, Lisboa, 1964, pp. 277-279.

<sup>19</sup> Américo da Costa Ramalho, *op. cit.*, p. 38.



apego a Cícero publicando, em 1570, a 1.<sup>a</sup> edição dos *Vários modos de dizer ou elegantíssima fraseologia, seleccionados dos mais importantes autores especialmente de Marco Tulio Cícero, vertidos da língua materna para latim*), na cidade de Coimbra esse apego ao Arpinate por intelectuais que aí se encontravam era também uma notória realidade na primeira metade dos anos quarenta do período de Quinhentos.

Detenhamo-nos, agora, apenas sobre três casos pontuais de humanistas portugueses que durante uma parte da sua vida e da sua formação intelectual estiveram na cidade de Coimbra, Máximo de Sousa, Teotónio de Bragança e Inácio de Moraes, e de que chegaram até nós alguns testemunhos (directos e indirectos) do seu apego a Cícero.

Quanto aos dois primeiros, há uma notória relação entre eles, na medida em que D. Máximo de Sousa foi professor de D. Teotónio. Registe-se que, tendo nascido em Coimbra em 2 de Agosto de 1530, D. Teotónio de Sousa — filho de D. Jaime Duque de Bragança (e jurado sucessor do trono) e de D. Joana de Mendonça — passou a estudar no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, após ter passado uma parte da sua infância no Paço Ducal de Vila Viçosa<sup>20</sup>.

Terá sido, decerto, de D. Máximo de Sousa que o jovem D. Teotónio aprendeu a cultivar o seu interesse pela obra do Arpinate na cidade do Mondego. D. Máximo, ao que indica Barbosa Machado, explicou naquele mosteiro «os rudimentos da língua latina»<sup>21</sup> àquele jovem aristocrata e a outros dilectos discípulos. Havia em Santa Cruz um livro de base com os ensinamentos de D. Máximo, *Institutiones tum lucide tum compendiose latinarum literar[um] tradite dialogo candidis ac vere pijs cenobitis sancte crucis*<sup>22</sup>. Não restam dúvidas que D. Teotónio, nas

---

<sup>20</sup> Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, na Oficina de Inácio Rodrigues, tomo III, 1752, p. 733 [cita-se a primeira edição, rara, disponível na LHITI-POR], p. 733.

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>22</sup> *Catálogo dos Impressos da Tipografia Portuguesa do Século XVI — A Coleção da Biblioteca Nacional*, Introdução, organização e índices por Maria Alzira Proença Simões, Lisboa, 1990, [espécie n.º 860, ali existente], p. 337. De registar que tendo D. Máximo de Sousa, Cónego Regrante da Ordem de Santo Agostinho, vindo a falecer em 1544 (devemos esta informação a Maria Alzira Proença, loc. cit.), e indicando Barbosa Machado que D. Teotónio foi aluno dele naquele mosteiro, só se pode concluir que o filho de D. Jaime tenha frequentado as aulas naquela instituição entre 1538 e 1543.

aulas recebidas desse seu mestre, aprendeu por este livro a cultivar as *boas letras* ciceronianas, a cultivar a oratória e os bons ensinamentos dos mestre romanos.

Tendo esse livro sido impresso em 1535 na própria oficina conimbricense dos cônegos regentes de Santo Agostinho — numa cidade onde o impressor Germão Galharde estivera activo pouco antes<sup>23</sup> — é mais do que provável que D. Teotónio ainda aprendesse por ele, presumivelmente no último ano da década de trinta ou nos primeiros anos da década de quarenta em que presumivelmente estudou nessa instituição monacal.

A referida obra, *Institutiones*, de D. Máximo de Sousa afigura-se-nos, apesar de tudo, ainda precursora no ensino das latinidades em Portugal. A antecedê-la haviam estado a *arte* de Juan de Pastrana — ou seja, *Thesaurus Pauperum siue Speculum puerorum editum a magistro Johãne de Pastrana*, o famoso incunábulo português saído em Lisboa provavelmente em 1497 do prelo de Valentim Fernandes (de novo publicado em 1501 com revisão de João Vaz e em 1512) — e a *Artis Grammaticae praecepta*, de Estêvão Cavaleiro<sup>24</sup>, de Sevilha, 1503. E, no país vizinho, a *Arte* de Nebrija (de Salamanca, 1481), essencialmente.

<sup>23</sup> Já em 1531 Germão Galharde imprimira em Coimbra o livro com os *Tratados de Amizade, Paradoxos e Sonho de Cipião* [de Cícero, em versão portuguesa de Duarte de Resende, que fora feito nas Molucas]. Vide Manuel Cadafaz de Matos, «A Presença de Cícero na Obra de Pensadores Portugueses nos Séculos XV e XVI (1436-1543), já cit., p. 285.

Para além do que então referimos sobre esta obra e tradução, é de destacar o *parecer* que, pouco antes de 1870 (decerto), o P<sup>o</sup>. Francisco dos Santos Saraiva deu, por escrito, a Inocêncio Francisco Silva [de que este dá testemunho in *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, Tomo Nono, 1870, p. 155], onde refere que a tradução de Duarte de Resende de nenhum modo pode considerar-se fiel, pois abundam nela as faltas de inteligência do texto, ou peca pelas impropriedades da frase (na expressão de Inocêncio). E conclui o P<sup>o</sup>. Francisco dos Santos Saraiva: «estes exemplos de infidelidade sobram para provar a pouca perícia deste tradutor, sendo eles todavia tantos, que bem se poderá formar um razoável volume.»

Desde recentemente, A Livraria Humanística da História da Tipografia da Expressão Cultural Portuguesa (LHITIPOR), passa a dispor de um exemplar da edição bastante rara da obra, saído dos prelos da Regia Oficina Tipográfica, 1790 [8.º, de XXI-140 págs.], adquirido no Livreiro Antiquário Sr. Luís Gomes, em Lisboa.

<sup>24</sup> Vide Artur Anselmo, *Les Origines de l'Imprimerie au Portugal*, Braga, 1983, pp. 354-355. De registar que Estêvão Cavaleiro acabara, mesmo apesar dos seus opositores, por dar à estampa, em 1516, a sua *Noua grammatices Mariae Matris Dei Virginis ars*.



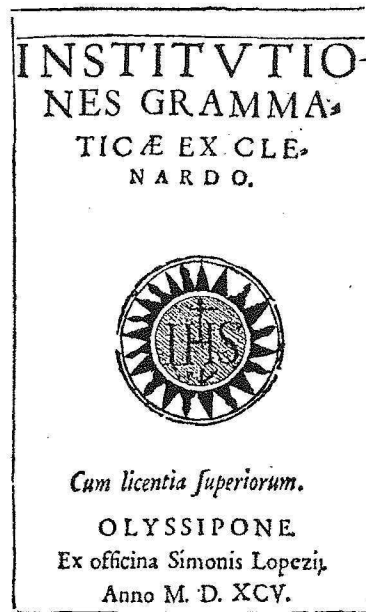
NICOLAUS CLENARDUS DILEMIVS BRABANTVS.

*Monsieur iter Scholam Camperis; Grauis Apollo est  
Rescius; elabit Ciceronis ab ore videtur  
Linguae suada tuae Nanni, blandique lepores.  
Clenardus variare voces, triplicique sonare  
Ore docet, grataque leuati nouitate laborem.*

18.

1664

Retrato do humanista flamengo Nicolau Clenardo, que permaneceu em Portugal até Novembro de 1538 e exerceu uma influência decisiva entre nós.



Uma das mais importantes obras do humanista flamengo, *Institutiones Grammaticae ex Clenardo*, inicialmente publicada em Portugal em 1538, conheceu durante todo o século XVI uma singular difusão no século XVI, o que justificou a saída de uma nova edição, no prelo de Simão Lopes em Lisboa, em 1595.

A *Arte* de Clenardo, *Institutiones*, ao que é sabido tem edição posterior à de D. Máximo de Sousa. Tendo esse humanista permanecido em Portugal entre Dezembro de 1533 e Novembro de 1538, data já deste último ano a impressão, em prelo bracarense, dessa importante obra do latinista flamengo<sup>25</sup>, três anos depois da impressão da do cônego regrante de Santo Agostinho, e presumivelmente no período em que D. Teotónio se preparava para dar os primeiros passos em Coimbra pela mão dos seus cultores de Cícero.

## 2.1. OS INTERESSES DE D. TEOTONIO NO ÂMBITO DE UMA HISTÓRIA DA LEITURA

É muito provável que D. Máximo de Sousa, na preparação desta sua obra, *Institutiones*, se tenha socorrido dessas outras *artes* — nas múltiplas edições atrás referidas — existentes nas estantes da bem apetrechada Livraria do Mosteiro de Santa Cruz. Para além dessas obras terá consultado (aí ou em outras Livrarias) as numerosas edições disponíveis com textos de Cícero que, pela prodigalidade de recursos textuais que ostentavam, eram fonte insofismável e segura na preparação de obras dessa natureza.

E duas dúvidas serão lícitas formularmos neste âmbito. Terá sido, em Santa Cruz, que nasceu, para D. Teotónio de Bragança — futuro correspondente de Santa Teresa de Ávila [1515-1582]<sup>26</sup> e futuro Arcebispo de Évora

<sup>25</sup> Algumas das principais edições de Nicolau Clenardo são apresentadas pelo erudito José V. de Pina Martins em «Présence d'Érasme... N. Clenardus (1493-1542)», in *Au Portugal dans le Sillage d'Érasme — Exposition Bibliographique en l'Honneur de Marcel Bataillon*, Paris, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 182-187. Regista este investigador, in p. 183 e reportando-se à edição *Tabula in Grammaticen Hebraeam*, de Clenardo, Paris, 1559, que ela foi dedicada pelo humanista flamengo a «Nicolao Brissaeo Caroli Lotharingi Cardinalis et Principis Theologo doctissimo, atque etiã in celebri Fuscanensi Abbatia eidem cardinali magnum uicarium agenti», com data de Novembro de 1549. Este facto leva-nos a estabelecer que nesses últimos anos de quarenta já Clenardo se relacionava em Paris com alguns dos mais eminentes eruditos que se dedicavam ao estudo e à edição dos principais textos ciceronianos, de craveira de Lotharingus. A este reputado humanista se ficou a dever — entre outros trabalhos ciceronianos de envergadura — a edição *M.T. Ciceronis, Academia Libri II*, Paris, Mattaei Davidis, 1550 [de que se conserva um exemplar, raro, na LHITIPOR].

<sup>26</sup> Temos preparada a tradução (por nós finalizada em Salamanca na primeira metade da década de oitenta), estudo e edição das *Cartas* de Santa Teresa a D. Teotónio de Bragança. De registar que em 1583 foi dada à estampa, em Évora, na oficina da Viúva de André de Burgos, o *Tratado que escreveu la Madre Teresa de Iesus. A las Hermanas Religiosas de la Orden de nuestra Señora del Carmen del*

— o seu primeiro interesse pela obra de Cícero? Será, por outro lado, que, depois de ter sido chamado ao Arcebispado eborense, o seu interesse pelas *latinidades* e pelas obras do Arpinate em particular, esmoreceu bastante?

Não será de desprezar, também, a segunda hipótese. É um facto, porém, que depois de 1542 — e também depois de 1557 — D. Teotónio de Bragança era um leitor de obras de autores que respeitavam, significativamente, o *modelo* ciceroniano, tanto no domínio das humanidades como no domínio da jurisdição civil.

Quanto ao primeiro desses domínios, é facto comprovado que D. Teotónio se interessou em particular, a partir de 1542, pela obra de D. Jerónimo Osório, um dos intelectuais que — essencialmente no domínio da Teologia — mais trouxe ao nosso país o brilhantismo e, sobretudo, a elegância da oratória ciceroniana bem como, até, a síntese de algumas das ideias do pensador romano.

Poder-se-á dizer, assim, que D. Teotónio também *bebeu* Cícero através da obra de D. Jerónimo Osório, a partir da década de quarenta. Em rigor, deverá afirmar-se, antes, que o Arcebispo eborense também seguiu, de alguma forma, o brilhantismo da *exposição* ciceroniana e, neste âmbito, a obra de D. Jerónimo — que teve na sua Livraria pessoal e que leu — serviu-lhe de guia, se não mesmo de modelo.

Um dos livros de D. Jerónimo Osório de que hoje não restam dúvidas integraram a Livraria de D. Teotónio de Bragança foi *De Nobilitate Civili libri duo*, com *De Nobilitate christiana libri tres*, saído em Lisboa da oficina de Luís Rodrigues em 1542<sup>27</sup>. Esta obra, ao que tudo indica, foi terminada em Bolonha em 1539 e não em 1536 [segunda data proposta por B. Machado].

---

*Monesterio del Señor...* No caderno II desta edição está patente a Introdução de D. Teotónio de Bragança a este trabalho: «D Theotonio de Bargaça (sic) indigno Arçobispo de Euora en Portugal a las muy religiosas y deuotas madres de los monesterios de la primera regla de nuestra señora del Carmen, salud en Iesu Christo Senõr». — Vide *Livros do Seculo XVI impressos em Évora. Núcleo da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora*, Apresentação por Luís Silveira, Évora, 1941, pp. 91-94; e, sobretudo, Pinharanda Gomes, *O Arcebispo de Évora, D. Teotónio de Bragança (Escritos Pastorais)*, Braga, ed. Pax, 1984.

<sup>27</sup> Vide *Catálogo dos Impressos de Tipografia Portuguesa do Século XVI...*, já cit., [esp. 559], p. 242. É notória, pela referência constante da *marca de posse*, que o livro pertenceu a D. Teotónio de Bragança, já na qualidade de Arcebispo de Évora. A dúvida que permanece é se este livro não o acompanharia, já, desde o período da sua permanência em Coimbra, como estudante. Estamos em crer que sim. João M. N. Torião estará muito mais perto da verdade [que B. Machado], indicando como data de produção do texto 1539 e não 1536.

A aproximação de D. Teotónio à elegância do modelo ciceroniano teve sem dúvida as suas primícias em Coimbra — como já referimos atrás — muito antes de assumir sob os seus cuidados a diocese eborense, em Dezembro de 1578. Poderá mesmo ter ocorrido [ele que como já vimos só tinha, na altura da publicação do *De Nobilitate*, 12 anos] alguns meses antes da mesma edição. Mas mais seguramente, ocorreu pela mão de D. Máximo de Sousa, antes de 1544, ano da morte do docente do Colégio de Santa Cruz dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.

E quanto ao seu interesse por obras sobre jurisdição civil que, de algum modo, pela elegância e estilo de linguagem, também não deixavam de o transportar para um *modelo* ciceroniano?

É sabido que a um eclesiástico — com responsabilidades pastorais de grande envergadura por lhe estar confiado o Arcebispado eborense — importava, até pela sua formação teológica de base, conhecer o domínio da jurisdição civil e eclesiástica. Esse facto permite compreender a leitura que ele terá feito de uma das reputadas obras de um dos mais distintos humanistas jurisconsultos portugueses desse período, Aires Pinhel<sup>28</sup>. Este intelectual, que tinha brilhado nos estudos em Salamanca, havia sentido, naquela cidade castelhana, a dor de ausência dos seus, na dureza de quem sofre um exílio involuntário.

Esse *mal de ausência* — expressão tão cara ao Prof. Carlos Ascenso André — sentira-o em consequência de um certo espírito de invejas que gravitara um pouco à sua volta. Esse mal-sentir preocupou, de igual modo, um dos discípulos de Aires Pinhel, Henrique Fernandes, de quem chegaram também até nós referências a tal respeito.

Na edição de Coimbra da obra de Aires Pinhel, *Ad Constitutiones Cod. de Bonis Maternis Commentarij*, de 1557 — que integrou a Livraria de D. Teotónio de Bragança<sup>29</sup> — e que apresenta [após a fl. 200] uma

---

<sup>28</sup> Sobre Aires Pinhel remetemos para Francisco Leitão Ferreira, *Notícias Chronologicas da Universidade de Coimbra*, Segunda Parte, vol. I, 1.ª ed. publicada, revista e anotada pelo Prof. Joaquim de Carvalho, Coimbra, 1938, p. 97; Américo da Costa Ramalho, *Estudos sobre o Século XVI*, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1980, p. 353; e, sobretudo, Nuno J. Espinosa Gomes da Silva, *Humanismo e Direito em Portugal no Século XVI*, Lisboa, 1964, pp. 250 e sgs.

<sup>29</sup> *Catálogo dos Impressos de Tipografia Portuguesa do Século XVI...*, já cit., [esp. 59], p. 254. Também esta espécie bibliográfica apresenta ao leitor de hoje a indicação da marca de posse de D. Teotónio de Bragança, já como Arcebispo de Évora. Quanto a este livro inclinamo-nos a admitir, porém, que já o tenha estudado sobretudo depois de lhe ser confiado o Arcebispado de Évora (nada podendo, no entanto, invalidar outra hipótese), ou seja, já depois da data de posse, em Dezembro de 1578.

Carta ao leitor, da autoria do discípulo daquele jurinsconsulto, Henrique Fernandes, está bem patente o facto de que se «a inveja atingia os mortos [como sucedera nos tempos de Platão, Xenócrates, Cícero, ou Quintiliano], muito mais, naturalmente, alcançava os vivos»<sup>30</sup>.

Aí regista, com efeito, o discípulo de Pinhel:

*«Plato et Xenocrates de eadem re scripsere uterque Socratem citat, alter vero alterius mentionem non facit M. Cicero ad Brutum multos oratores insignes recenset, suae aetatis vix unum, aut alterum nominat, F. Quint. contemporaneos oratores silentio praeterit et unius quem ingenue fatetur illud seculum gloria exornasse nomen suppressit.»*<sup>31</sup>

A opinião do próprio humanista jurinsconsulto não é, porém, menos contemplativa que a do discípulo, contra os seus eventuais detractores.

No fim dos capítulos deste ou de outros dos seus livros, como evidenciou o Prof. Nuno Espinosa Gomes da Silva, Aires Pinhel é detentor de um discurso bem incisivo, dirigindo-se a um invisível auditório composto de, por um lado, *lividi, detractores, coricaei* e, por outro, de *periti, candidi* e *docti*. Detém-se fundamentalmente nesses últimos o humanista. Quanto aos restantes, diz ele, *só ladram e mordem*. Tal é o discurso de Aires Pinhel, que Gomes da Silva considera um espírito «de modo algum toldado, mas bebendo humanismo»<sup>32</sup>, um bom filho do período de Quinhentos.

O religioso e erudito — que em 12 de Julho de 1549 recebera, em Coimbra, a roupeta da Companhia de Jesus<sup>33</sup> — mesmo que tenha lido a referida obra de Aires Pinhel já em Évora, para melhor poder compreender o universo jurídico-elesiástico das suas *ovelhas*, terá certamente recebido a obra, porventura, fora da cidade de Coimbra. Na cidade do Mondego terá acompanhado, de alguma forma, as preocupações humanísticas de outros intelectuais ligados à vida universitária-conventual, numa primeira fase, e do pós-1537 (data da transferência definitiva, como é sabida, da Alma Mater para aquele burgo milenar). Nesse período imediatamente posterior à transferência definitiva da Academia, as obras de Cícero (cerca de uma década após a edição do *Ciceronianus* de Erasmo), decerto que continuavam aí a ser bastante lidas.

<sup>30</sup> Nuno Espinosa Gomes da Silva, *op. cit.*, p. 251.

<sup>31</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>32</sup> *Idem*, pp. 251-252 e 255.

<sup>33</sup> Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, ed. já cit., tomo III, p. 734.

É bem provável que se tivesse estabelecido entre D. Teotónio de Bragança e o humanista bragançano Inácio de Moraes, alguma relação intelectual (se não mesmo de amizade), enquanto ambos viviam em Coimbra, nessa década de quarenta deste período de Quinhentos. Em comum teriam, é certo, nessa época, a formação em torno de um *modelo* ciceroniano que, de início, havia sido inculcada nos seus espíritos pelos mestres de cada um deles.

Importa, a nosso ver, destacar aqui que existem mais elementos que nos permitem ajuizar desso apego ao *modelo* ciceroniano em Inácio de Moraes do que em D. Teotónio [1.<sup>a</sup> fase]. Tal verificou-se fundamentalmente no primeiro período da actividade de produção intelectual do humanista proveniente de Bragança, na medida em que — como adiante iremos explicitar — Moraes sentiu, num determinado momento da sua formação, a necessidade de romper um pouco com determinados aspectos do seu percurso intelectual. Há nele, assim, aquilo que não nos repugna designar por *continuidade* e *ruptura* (em relação à aprendizagem das *boas letras* e convívio com aqueles que mais as cultivavam).

Em termos de síntese poderíamos em relação à obra até agora conhecida de Inácio de Moraes, estabelecer a destrição de um primeiro período de aproximação ao *culto* ou *ideologia oratória* ciceroniana, do período de *ruptura* — não em relação aos ideais humanísticos de base, obviamente — das *boas letras* e opção pelo mundo da jurisprudência. Principiemos pelo primeiro desses momentos ou períodos na vida intelectual do autor.

Para estudar, neste âmbito, o posicionamento ciceroniano de Inácio de Moraes — e tomando como terreno historiográfico de base os contributos de A. da Rocha Brito<sup>34</sup>, Mário Brandão<sup>35</sup>, Albino Pedrosa Campos<sup>36</sup> Américo da Costa Ramalho<sup>37</sup> ou Aires Pereira do Couto, importará, à par-

---

<sup>34</sup> A. da Rocha Brito, versão em linguagem do *Conimbriae encomium ab Ignatio Morali editum* [ed. original em Coimbra, no prelo de João da Barreira, 1554], Figueira da Foz, Tipografia Popular, 1935.

<sup>35</sup> Mário Brandão, edição, com revisão e prefácio do *Conimbriae encomium*, Coimbra, 1938. Vide, ainda, Idem, in *Estudos Vários*, 1, Coimbra, 1972, pp. 277-308.

<sup>36</sup> Albino Pedrosa Campos, *Um luminar na Universidade de Coimbra no século XVI: a obra desconhecida de Inácio de Moraes* [dissertação de licenciatura, dactilog.], Coimbra, 1960.

<sup>37</sup> Américo da Costa Ramalho, «O *Conimbriae Encomium* de Inácio de Moraes», in *Revista Humanitas*, n.º 29-30, Coimbra, 1977-1978, pp. 225-226. Vide, ainda, de Aires Pereira do Couto, Tese do Doutoramento *Inácio de Moraes, Vida e Obra*, Coimbra, 1995.



tida, tomar como área preferencial os dados de que dispomos no âmbito de uma História da leitura que, a um nível directo, lhe diga respeito.

Quando continua a não se considerar segura a data de nascimento deste bragançano<sup>38</sup>, da mesma forma é considerada a data precisa da sua chegada a Coimbra, bem como a da sua morte<sup>39</sup>. De interesse para este nosso estudo é, porém, o almejarmos o período em que começou a nascer nele o interesse pela obra de Cícero e a necessidade de empreender as leituras — filosóficas e de gramática — nesse âmbito. Esse primeiro espaço temporal prolonga-se, pelo menos, em Coimbra, até ao ano de 1548.

Importa empreenderem-se, naturalmente de forma independente, estudos sobre as livrarias que pertenceram a Inácio de Morais e a D. Teotónio de Bragança. Quanto ao segundo, estamos em crer que a posse dos primeiros livros de Cícero e, mais seguramente, a leitura de uma das obras que integraram a sua Livraria pessoal<sup>40</sup>, decorrera já na aludida década de quarenta<sup>41</sup>, no período em que vivia em Coimbra e no qual, seguramente, conviveu aí com Inácio de Morais.

Esses interesses de D. Teotónio por Cícero não são, porém, abundantes pelas espécies conhecidas — alusivas ao Arpinate — existentes na sua Livraria pessoal localizada (já) em Évora. Conhecendo-se das suas colecções essencialmente os núcleos da Biblioteca Nacional, da Biblioteca Pública de Évora e da Biblioteca Central da Marinha, destes três conjun-

---

<sup>38</sup> Barbosa Machado, in *op. cit.*, tomo II, apenas regista que este bragançano é filho de Pedro Álvares de Morais e irmão de Nuno Álvares Pereira, do Conselho de Estado de Portugal em Madrid [p. 544]. Segundo A.P. Couto, é de crer que ele tenha nascido nos primeiros anos do século XVI.

<sup>39</sup> José V. de Pina Martins, no sub-capítulo que votou a Inácio de Morais na obra *Au Portugal dans le Sillage d'Erasmus*, indica como ano da morte do humanista c. de 1580 [Paris, 1977, p. 164]. Barbosa Machado, por seu lado, in *op. cit.*, tomo II [p. 545], indica que ele «faleceu em o Real Convento de Alcobaça (...) pouco tempo depois que Filipe Prudente se senhoreou deste Reino». Tendo Filipe II de Espanha sido declarado rei de Portugal em 15 de Abril de 1581 — e este entrado finalmente em Lisboa em 15 de Julho do mesmo ano — não andaremos longe da verdade se admitirmos a morte do humanista bragançano depois do período de Abril-Julho de 1581.

<sup>40</sup> Algumas importantes achegas para o conhecimento da Livraria de D. Teotónio, já enquanto Arcebispo eborense, foram dadas por Pinharanda Gomes. Vide, deste Autor, a já citada obra *O Arcebispo de Évora Dom Teotónio de Bragança (Escritos Pastorais)*, de 1984, in p. 10 e pp. 58-59.

<sup>41</sup> Encontra-se hoje suficientemente comprovado que, depois do ano de 1544 (o da morte de D. Máximo de Sousa seu antigo professor em Coimbra), D. Teotónio de Bragança continuou a viver nessa cidade. Tal sucedeu, pelo menos, até 1549 — como explicitámos atrás (por ter vestido então a «roupeta» da Companhia de Jesus — ou, mesmo, até 1550, como deixa antever Pinharanda Gomes. Vide, desde Autor, *op. cit.*, p. 11.

tos de fundos (diluídos nos fundos gerais ou de reservados de cada uma dessas instituições) o da terceira biblioteca, avaliado por Pinharanda Gomes, é aquele que, em nosso entender, talvez possa ser considerado dos mais antigos no cômputo geral da Livraria de D. Teotónio, mesmo quanto ao período anterior a sua posse do Arcebispado.

Dos livros que registam marcas de posse inequívocas (do futuro Arcebispo ou já) do Arcebispo, o conjunto daqueles que integraram as colecções da Biblioteca Central da Marinha serão os de conclusão tipográfica mais antiga, grande parte deles de cólofon com data anterior aos anos de 1549-1550 em que terá deixado Coimbra e partido para a Itália, onde então, apesar de tudo, ainda floresciam os ideais do Renascimento. Permitirá o conjunto dessas obras — pelas respectivas datas (de cólofon) anteriores a 1550<sup>42</sup> — concluir que já haviam pertencido ao jovem humanista, à altura a caminho dos vinte anos, quando viveu em Coimbra? Cremos que nada legitima essa conclusão; até porque, na altura, o espírito daquele que desejava aderir ao ideal jesuítico — recém-chegado nesses começos da década de quarenta — se pautaria também, decerto, por algum desapego dos bens terrenos.

---

<sup>42</sup> Dos livros que integraram a Livraria de D. Teotónio, e que apresentam no colófon a data de terem sido impressos antes de o aristocrata deixar a cidade do Mondego, contam-se, de facto, uma parte daqueles que fizeram parte da «livraria que doou à Cartuxa» de Évora e hoje integram as colecções da Biblioteca Central da Marinha, designadamente: Juvenal, *Argumenta Satyrarum* (Nuremberga, 1497); Aelio Aristides, *Orationes* (Florença, 1517); Guillaume Budé, *Commentarii Linguae Graecae* (Basileia, 1530); Eustácio, *Papekbolai eis ten Ómeroy iliada kai odys*, ou *Comentário à Ilíada e à Odisseia* (Roma, 1542-1550); Heródoto, *Historiographi, Libri* (Colónia, 1526); Alberto Krantz, *Chronica Regnorum Aquilonarium Daniae, Suetia, Norvagiae* (Argento-Estrasburgo, 1546); Tácito, *Annalium* (Basileia, 1544); Lorenzo Valla, *De Latinae Linguae Elegantiae* (Paris, 1541); ou os *Opera*, do mesmo autor (Basileia, 1540). — In Pinharanda Gomes, *O Arcebispo de Évora*, ed. cit., pp. 58-59. Presumivelmente também do período em que este aristocrata viveu em Coimbra é a edição de um texto de Oppiano intitulado *Oppiani de piscibus libri V. Eiusdem de uenatione libri III. Oppiani de piscibus Laurentio Lippio interprete libri V*, Veneza, In Aedibus Aldi et Andrae Soceri, 1517 mense Decembri (de que existem dois exemplares na Biblioteca Nacional, em Lisboa — um dos quais com a inequívoca marca de posse de «Liber... D. Theotonio de Bragança...» — e um outro na LHITIPOR). Já posterior, decerto, à saída de D. Teotónio de Coimbra é a edição que hoje se encontra nas colecções da Biblioteca Nacional, em Lisboa, *Aristotelis Summi Semper Philosophi Opera*, de Basileia, 1550 e referenciada pelo mesmo investigador in *op. cit.*, p. 10, n. 6, que também pertenceu à Livraria de D. Teotónio de Bragança. Essa existência da obra de Aristóteles na biblioteca pessoal de D. Teotónio não invalida, porém, que ele a tenha adquirido em Roma, no começo da década de cinquenta e no período imediatamente posterior à sua edição.

O não ter sido detentor — em termos de posse — da maioria dessas obras, no seu período conimbricense, não invalida que, enquanto estudante, em Santa Cruz, o jovem aristocrata não tenha lido algumas delas, no todo ou em parte. Quanto à componente *ciceroniana* na formação deste filho de D. Jaime, duque de Bragança, em Coimbra, aquela que continua quanto a nós, a afirmar-se como mais consistente, são os ensinamentos que recebeu por parte do seu mestre, D. Máximo de Sousa, enquanto frequentava as aulas no Convento dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho nessa cidade.

## 2.2. EVOLUÇÃO E PONTOS DE RUPTURA NO HUMANISMO DE INACIO DE MORAIS

Quanto a Inácio de Morais — que, já referimos, poderá ter privado em Coimbra com D. Teotónio de Bragança —, são mais abundantes as notícias ou testemunhos que nos dão a conhecer o seu apego ao ideal de Cícero. Tal não invalida, porém, que também tenhamos de afirmar que os mais concisos textos que o poderiam provar, designadamente um poema que escreveu sobre o Arpinate, se tenham perdido.

Na ausência de vasta documentação biográfica do autor do *Conimbricae Encomium*, relevemos, com Barbosa Machado, o facto de ele já se encontrar em Coimbra em 1540. Nesse ano, com efeito, D. João III ordenou a este jovem intelectual «que ilustrasse com o seu magistério a nova Universidade de Coimbra lendo a cadeira de Gramática»<sup>43</sup>. Neste período os seus interesses não andariam muito distantes dos de D. Máximo de Sousa, do Mosteiro de Santa Cruz — talvez que então já afastado das funções no magistério — ao nível dos estudos da *Gramática*, itinerário cultural esse que conduzia, inapelavelmente, aos textos do Arpinate.

Indica-nos ainda o abade de Sever que Inácio de Morais só viria a ser provido na cadeira desta *Arte*, em 30 de Setembro de 1546<sup>44</sup> (três anos antes, portanto, de nessa cidade D. Teotónio vestir a «roupeta» da Companhia de Jesus).

Pela apreciação que hoje é possível fazer-se — através dos documentos disponíveis para o efeito — do percurso intelectual de Inácio de Morais, concluiremos que ele apresenta pontos de continuidade e ruptura, aderindo primeiramente ao universo das *boas letras* e aos ideais filosóficos mais próximos do humanismo cristão e, posteriormente — consumada

<sup>43</sup> Barbosa Machado, *op. cit.*, tomo II, p. 545.

<sup>44</sup> Idem, *ibidem*.

de alguma forma uma (ou mais de uma) ruptura — aderindo ao mundo da jurisprudência civil.

Interessa-nos, obviamente, sobretudo o primeiro desses períodos, aquele em que terá estado mais *próximo*, até como gramático, dos textos e das influências hermenêuticas de Cícero.

Uma das questões pertinentes, a nosso ver, que importam hoje ser levantadas a este respeito é sobre quais os testemunhos de que dispomos para se poder avaliar da sua proximidade — ou distância — em relação aos textos (e às ideias) do Arpinate.

Centraremos a nossa exposição, essencialmente, em dois desses testemunhos, um directo e um indirecto. No primeiro caso conta-se a existência de duas obras de Cícero na sua Livraria, espécies essas que chegaram até aos nossos dias. No segundo caso, focaremos uma fonte indirecta, ou seja um poema que votou ao Arpinate, mas de que se perdeu quer o autógrafa quer eventuais cópias, se existentes.

Tal como D. Teotónio, ainda em Coimbra, se terá interessado pela obra de Cícero — embora não disponhamos de elementos fidedignos que nos permitam concluir que possuísse nessa cidade, como *coisa sua*, alguma edição com textos do Arpinate, como já referimos — o mesmo sucedeu com Inácio de Morais. O bragançano, no entanto, sabemos-lo hoje graças a Belmiro Fernandes Pereira, não só foi leitor — e incentivador de leituras — da obra de Cícero como, mais do que isso, possuía ele próprio, na sua Livraria pessoal, pelo menos duas obras do Arpinate. Existem hoje, com efeito, na Biblioteca Municipal de Aveiro, as espécies intituladas

[01] – *M TVLII CICERONIS / EPISTOLAE./ PARISIIS./ EX OFFICINA ROBERTI STEPHANI./ M.D. XXXVIII./*<sup>45</sup>; e

[02] – *M. T. CICERONIS OPERA./ Ex Petri Victorii Codicibus maxi-/ MA EX PARTE DESCRIPTA, VIRI DOCTI ET IN RECEN-/ sendis authoris huius scriptis cauti et perdiligentis: quem nos industria, quanta postuimus, cōsequuti, quasdam orationes redintegratas, tres libros DE LEGIBVS null to quam antea meliores, & reliquias de commentariis qui de REPUBLICA inscri-/pti erant, magno labore collectas undique, descriptasque libris, uobis exhibemus./ EIVSDEM VICTORII explicationes suarum in Ciceronem castigationum./ INDEX RERVVM ET VERBORVM./*

---

<sup>45</sup> Vide Belmiro Fernandes Pereira, «Livros raros na Biblioteca Municipal de Aveiro», in Revista *Humanitas*, vol. XLI-XLII, 1990, p. 203. Na referida Biblioteca esta espécie tem a quota BMA - Séc. XVI - 11. Na LHITIPOR foi incorporada, já após a redacção deste estudo, uma espécie desta obra e impressor, só que editada em Paris anteriormente (1534), que pertenceu ao Livreiro-antiquário D. José Telles da Silva e foi comercializada em Janeiro de 1995 pelo Palácio do Correio Velho.

## M. TVLLII CICERONIS

## EPISTOLAE.

*Catalyndo, P. J. & E. C.*  
*Pagnino S.*



P A R I S I I S.

*Ex Officina Roberti Stephani*  
 M.D.XXXVIII.

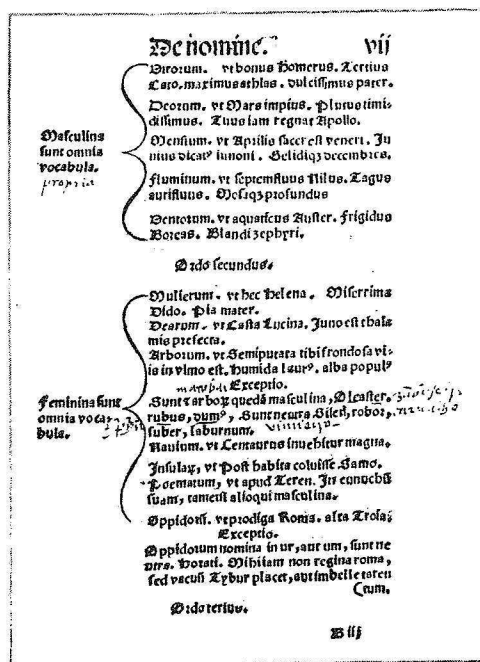
A edição das *Epístolas* de Cícero que pertenceu porventura à Livraria pessoal do humanista Inácio de Moraes — e descoberta por Mestre Belmiro Pereira na Biblioteca Municipal de Aveiro — é encimada, à esquerda, de uma *marca de posse* (autógrafa?) que parece comprovar esse facto. Chamamos também a atenção para a gravura da portada, que constitui, de facto, uma das *variantes* das gravuras de portada mais frequentemente utilizadas no prelo parisiense de Robert Estienne.

Contém :

1. M. TVLLII CICERONIS/ RHETORICA. / PARISIIS./ EX OFFICINA ROBERTI STEPHANI./ M.D. XXXVIII./

2. *M. TVLLII CICERONIS/ PHILOSOPHICA/ PARISIIS/ (...)*  
*M. D. XXXVIII*<sup>46</sup>.

Estas obras, saídas do prelo parisiense de Robert Estienne<sup>47</sup>, apresentam a particularidade de ainda terem a marca de posse que *legítima* a relação com o seu antigo possuidor e usufruidor: Inácio de Morais. Essa marca apresenta-se parcialmente rasurada tal como, aliás, outros dizeres constantes da folha de rosto de, pele menos, uma dessas obras.



A gramática latina, ou seja, *Institutiones tum lucide...*, de D. Máximo de Sousa, que na expressão da Prof. Maria Leonor Buescu, ainda «usa o sistema da «pilha de palavras» e de algumas chavetas para apresentação dos paradigmas da declinação e da flexão verbal», obra impressa em Coimbra em 1535, no mosteiro de Santa Cruz.

<sup>46</sup> Idem, *op. cit.*, pp. 203-204. Esta espécie tem a quota BMA - Séc. XVI - 11.

<sup>47</sup> Tendo estas espécies bibliográficas parisienses com obras do Arpinate saído do prelo de Robert Estienne, em 1538, importa referenciar, numa perspectiva iconográfica, que na portada da edição das *Epistolae* é ostentada uma gravura, com a célebre árvore do saber «estieniana», com o ramo, a cair, à esquerda. Na secção «Robert Estienne», in *Dictionnaire des Grands Noms de la Chose Imprimée*, da autoria de Jean-Claude Faudouas [e com prefácio de Henri-Jean Martin], Paris, Ed. Retz, 1991, p. 57, apresenta-se, por sinal, uma mesma gravura (da árvore), da mesma tipologia desta, só que com o ramo a cair para o lado direito, sem a presença do sábio, e com uma inscrição latina.

No domínio da História da leitura há problemas que se antepõem ao investigador para os quais, muito dificilmente, se encontrará resposta. Neste caso está a hipótese de qual o período em que o humanista Inácio de Moraes adquiriu — por compra?, por oferta? — estas obras do Arpinate. Não andaremos longe da verdade se admitirmos que, face aos interesses que deveriam de estar subjacentes aos de um Mestre de Gramática da Universidade de Coimbra, ele possa ter adquirido estes volumes por volta de 1546, ou seja, menos de uma dezena de anos depois de os mesmos terem rumado da cidade denominada *Lutetia Parisiorum* para o nosso país. Assim sendo, não seria muito distante do período em que foi editada em Lovaina, por Aquiles Estaço, em 1547, a sua obra sobre os *Topica* de Cícero e de que, decerto, vieram logo então alguns exemplares para Portugal.

E quanto à fonte indirecta de que dispomos informação quanto aos interesses fillosófico-literários de Inácio de Moraes por Cícero?

Não andaremos muito longe da verdade se admitirmos que o maior caudal da produção textual deste humanista bragançano se situou entre 1550 — data da sua *Oratio Panegirica* — e 1562. De cerca de uma dezena de obras de sua autoria referenciadas por Barbosa Machado — a maioria das quais correriam impressas no mercado português e castelhano — o distinto bibliógrafo apresenta-nos cinco delas datadas:

- [1] *Panegyris D. Antonio Principis Ludovici filio*, Coimbra, Ofic. de João da Barreira, tipógrafo régio, 1553;
- [2] *Conimbricæ encomium. Serenissimo Principi D. Antonio fortissimi Principis. D. Ludovici*, no mesmo prelo, 1554;
- [3] *In interitum Principis Ludovici elegia cum epitaphio*, Coimbra, Ofic. de João Álvares, 1555;
- [4] *Oratio funebris in interitum Serenissimi Regis Ioannis ad Patres Conscriptos Conimbricensis Academiae*, Ofic. de João Álvares, tipógrafo régio, 1557; e
- [5] *In quosdam Dialecticos, ac Grammaticos pro iureperitis carmen, et alia quaedam ejusdem poemata*, Coimbra, Ofic. de João da Barreira, 1562<sup>48</sup>, todas em formato «in quarto».

---

<sup>48</sup> Barbosa Machado, *op. cit.*, tomo II, p. 546. Em relação a esta última espécie bibliográfica aqui descrita, *In quosdam Dialecticos...* de referenciar que a obra existe na Biblioteca Nacional em Lisboa. (Vide Maria Alzira Proença Simões, *Catálogo...*, ed. cit., n.º 519, p. 227). Tal sucede, também, com (um exemplar de) *Conimbricæ Encomium*.

Entre as restantes obras atribuídas por Barbosa Machado a Inácio de Morais destacam-se *In interitum Principis Ioannis elegiae duae; item cum ejusdem duobus epitaphiis. Deplorat Ioanna suavissimum maritum*, elegia latina que Américo da Costa Ramalho regista ser de 1554<sup>49</sup>; e *M. T. Ciceronis Proaemium Rhetorica. Dicitum Nobilissimo Iuveni Petro Lupo Sousae*, sem data nem local de impressão, mas de formato «in quarto»<sup>50</sup>, o que permite aduzir ter saído impresso.

Situando-se o período da produção da obra de Inácio de Morais. *In quosdam dialecticos, ac grammaticos* fora do âmbito cronológico deste nosso estudo, não poderemos deixar de reflectir aqui, no entanto, que ela se insere já num período de ruptura, por parte do humanista, em relação à sua formação — e ensinamentos — na primeira fase da sua permanência em Coimbra. Poderemos sustentar, até, que na obra do bragançano vislumbramos duas fases, se não antagónicas mas, de alguma forma, complementares: a do intelectual interessado primeiramente nas *belae literae*, na oratória e na gramática — que se prolonga até cerca de 1548 — anterior, portanto, à grande parte das seis obras suas, datadas, de que atrás damos notícia — e uma segunda fase, a do intelectual cativado pelo universo das leis, da jurisprudência civil. Importará precisar, porém, que na sua segunda fase intelectual o jurista não eclipsou o humanista que, ao nível da sua produção e comunicação literária — designadamente em verso — continua a manifestar-se um autor deveras inspirado e nalguns casos prolixo.

Bem anda o Prof. Espinosa Gomes da Silva, a nosso ver, quando opina que «Mestre Inácio de Morais desertava das reduzidas fileiras dos gramáticos» — onde fora mais próximo do espírito de Cícero, certamente — e buscava «abrigo entre os juristas, possivelmente com o fito de lograr ocupação mais lucrativa»<sup>51</sup>. Esta atitude, ditada como se vê por razões também de natureza material, terá sido tomada, ao que estabeleceu Mário Brandão, por volta de 1548. Foi nesse ano, com efeito, nos começos de Março, que Morais — denotando um novo rumo na sua actividade e inte-

---

<sup>49</sup> Américo da Costa Ramalho, «A Palavra Lusíadas», in *Estudos sobre o Século XVI*, edição de 1980 atrás referenciada, p. 231, onde este insigne Mestre conimbricense, atribuindo à obra a data de 1554, dela colhe estes versos referentes ao futuro D. Sebastião: «Nasce, pequenino, que hás-de sentar-te no trono de teus avós. Ó guia dos Lusitanos! Nasce, pequenino!» (*Nascere, parve puer, solio sessurus auito, Ductor Lysiadum: nascere, parve puer*) [versos 31-32]. Registe-se que o Príncipe D. João (filho de D. João III) falecera em 2 de Janeiro de 1554, tendo sido por essa altura que Inácio de Morais compusera este seu trabalho.

<sup>50</sup> Barbosa Machado, *Idem*, loc. cit.

<sup>51</sup> Nuno Espinosa Gomes da Silva, *op. cit.*, p. 258.



resses intelectuais — principiou a frequentar a Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra<sup>52</sup>.

Esse *outro rumo*, na feliz expressão de Mário Brandão, é que permite compreender a posição que, anos depois, ou seja já em 1562, Inácio de Moraes virá a tomar em *In quosdam Dialecticos, ac Grammaticos*, que Nuno Espinosa Gomes da Silva considera

*uma peça polémica contra os antigos companheiros de Letras, a qual, para além de aspectos pessoais, tem o interesse de demonstrar que a quesília entre gramáticos e jurisconsultos mantinha a originária virulência (...) A glorificação que, a todos os títulos, envolvia o jurista era um facto, como também o era a sua cimeira posição política social e económica (...). Fora este quadro (...) que fizera arrepiar caminho ao pobre gramático*<sup>53</sup>.

Esta questão não invalida, a nosso ver, que possamos aceitar que Inácio de Moraes, como cultor exímio da língua latina, não tenha continuado a admirar — e até a seguir a elegância latina do estilo de Cícero. O Arpinate era, quer se queira quer não, uma referência obrigatória — no domínio da oratória e do estilo mas ainda em outras vertentes do saber — também para Inácio de Moraes.

### 3. UM CASO CIENTÍFICO EM ABERTO: A DEDICATÓRIA DE INÁCIO DE MORAIS A PERO LOPES DE SOUSA

Esse facto explica que ele tenha composto, presumivelmente no início da sua carreira como autor<sup>54</sup>, uma obra poética com o título *M. T. Ciceronis Proaemium Rhetoricae. Dicitum Nobilissimo Iuveni Petro Lupo Sousae*, que acima já admitimos ter sido impressa (pelos dados exarados por Barbosa Machado) e de que não chegou até hoje qualquer exemplar

<sup>52</sup> Mário Brandão, ed. de *Conimbricae Encomium* [de 1938, e já cit.], Prefácio, p. 9.

<sup>53</sup> N. E. Gomes da Silva, *idem*, pp. 259-260. Regista ainda este teórico da História do Direito que, em outros passos da obra de Inácio de Moraes de 1562, o autor aconselha os gramáticos que «cessassem as suas afrontas e se limitassem ao campo que naturalmente lhes estava reservado (...) que continuassem a encher de tédio aqueles que ainda os desejassem ouvir» (p. 262), não ficando atrás, em crueldade, a Mestre Aires Barbosa, da mesma escola.

<sup>54</sup> Barbosa Machado, in *op. cit.*, loc. cit., apresenta este trabalho de Inácio de Moraes em primeiro lugar (numa perspectiva cronológica?), na relação na relação das cerca de dez obras do humanista.

impresso, para além de um manuscrito tardio, do século XVIII (existente na Biblioteca da Ajuda).

Admitimos — embora ainda sem documentação fidedigna em que possamos alicerçar este nosso parecer — que se trata de uma obra das primícias da actividade intelectual de Inácio de Moraes. Poderíamos defender, aqui, este ponto de vista, baseados no vocábulo *Iuveni* constante da dedicatória desta obra poética a Pêro Lopes de Sousa [*Petro Lupo Sousae*]?

Torna-se imprescindível avaliar, em vários ângulos, o conteúdo intrínseco desta dedicatória, mas sempre de um ponto de vista crítico (e fazendo fé em que Barbosa Machado viu ou conheceu referências directas de algum exemplar, porventura impresso, da mesma obra).

Teremos à partida de nos interrogar se se tratou de uma dedicatória ao conhecido navegador Pêro Lopes de Sousa — que nascera entre 1501 e 1502<sup>55</sup> — e se destacara pela *Relação de Navegação* entre 1530 e 1532 e pela sua acção na Índia, a partir de 1539; ou se, porventura, se tratou de uma outra figura, homónima, porventura daquela mesma linhagem, do clã de Martim Afonso de Sousa e de Pêro Afonso de Sousa.

Dissecando os dados que temos em presença, importará estabelecer um paralelismo entre os presumíveis inícios de actividade pública de Inácio de Moraes e de Pêro Lopes de Sousa, dado que do nascimento do primeiro não existe data conhecida nem aproximada (e do segundo, também, apenas uma data aproximativa).

Já vimos anteriormente, quanto ao início da actividade pública do primeiro, o filho do bragançano Pedro Álvares de Moraes, que este «seguidor da magestade de Virgílio e da suavidade de Ovídio»<sup>56</sup>, em 1540 já leccionava em Santa Cruz de Coimbra. A aceitar-se que, neste ano, este intelectual já era um homem relativamente maduro, ele terá de ser visto como de cerca da mesma idade que Pêro Afonso de Sousa que

<sup>55</sup> Esta hipótese sobre o levantamento da data de nascimento provável do navegador Pêro Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso de Sousa, é a perfilhada por M. E. C. F. [Maria Emília Cordeiro Ferreira] in «Pêro Lopes de Sousa» *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, Iniciativas Editoriais, s/ data, p. 79; e, ainda, na nova edição da «Relação da navegação de Pêro Lopes de Sousa (1530-1532)», in *Martim Afonso de Sousa ...*, sob a direcção de Luís de Albuquerque, Alfa, *Biblioteca da Expansão Portuguesa* 10, 1989, pp. 85 e sgs. Sobre este diário de navegação remetemos — para além do códice da Biblioteca da Ajuda, 139/140-L-77 — para a edição, no Rio de Janeiro, em 1940, com estudo crítico pelo Comandante Eugénio de Castro mas, sobretudo, para a edição de Adolfo Varnhagen, Lisboa 1839.

<sup>56</sup> Esta associação é da responsabilidade de Barbosa Machado, *ibidem*, loc. cit.

nascera c. de 1501-1502 e que, então, contaria pelo menos, 39 ou 40 anos de idade.

Sendo assim, aceitando-se (como se viu atrás) que o mais antigo texto literário de Inácio de Moraes é datado de 1550<sup>57</sup>, a *Oratio Panegirica* — e configurando-se a hipótese de este *M. T. Ciceronis Proaemium Rhetoricae*, da autoria do mesmo, ter sido hipoteticamente publicado entre a década de quarenta e inícios da de cinquenta — esse *Petro Lupo Sousa* da dedicatória, para ser o histórico navegador, teria de ter, à altura, uma idade situada entre os quarenta e os cinquenta anos.

Essa idade parece invalidar, pois, a hipótese de aquele a quem Moraes dedicou esta sua obra e o navegador das Índias não serem, *de facto*, uma e a mesma pessoa. Incliamo-nos mais para considerar, baseados em António Caetano de Sousa, que se tratasse do filho de Martim Afonso de Sousa, que se tratasse do filho de Martim Afonso de Sousa, também precisamente de nome Pero Lopes de Sousa.



O aristocrata Pero Lopes de Sousa, a quem Inácio de Moraes dedicou a obra *M.T. Ciceronis Proaemium Rhetoricae*, terá de ser encontrado provavelmente, segundo as mais recentes investigações fazem admitir, no clã de Martim Afonso de Sousa, na gravura, como o filho deste (homónimo daquele) e menos do capitão-mor da frota que se destacou nos mares de Goa.

<sup>57</sup> No entanto existem poemas dispersos do autor, já publicados (em obras de outros intelectuais) que remontarão provavelmente a 1537.

Terá de se analisar, ainda, uma referência de Barbosa Machado quando dá a conhecer dos primeiros pontos de contacto entre a obra de Inácio de Moraes e a do Arpinate.

O Abade de Sever regista, a dado passo, que

(...) os *catedráticos conimbricenses... uniformemente o [a Inácio de Moraes] elegeram para congratular as magestades de D João III e de D. Catarina quando foram no ano de 1550 (destacados nossos) visitar a Universidade [de Coimbra], cuja incumbência desempenhou com uma oração latina composta e recitada com o espírito de Cícero*<sup>58</sup>.

Tal passagem não nos permite admitir da probabilidade de ter sido esta a primeira obra que o autor da *Bibliotheca Lusitana* considerou para a bibliografia do humanista. Assim sendo — e aguardando-se que possa ser descoberto um exemplar da obra porventura impressa<sup>59</sup> —, terá de haver toda a objectividade na leitura dos exíguos dados em presença e constatar-se que, enquanto o testemunho textual de Barbosa Machado, acima transcrito, apela para uma *oratio* latina, a referência, feita pelo mesmo autor, na descrição do conjunto das obras publicadas pelo humanista, apresenta a inequívoca caracterização de ser *em versos elegíacos*. O Proémio, escrito por Inácio de Moraes, visando a Retórica a Herénio, ou vulgarmente designada por ser do pseudo-Cícero, não poderá ser, na realidade e *de facto*, o texto escrito pelo mesmo autor para a saudação em Coimbra a D. João III na visita à Universidade ou seja, a *Oratio Panegyrica*.

A segunda hipótese que atrás pretendíamos perspectivar centra-se no facto de (dado ignorarmos, em rigor, o ano do nascimento e da formação cultural/intelectual de Inácio de Moraes) poderem ter existido relações pessoais e possíveis interesses culturais comuns entre o humanista de Bragança e o navegador, antes da viagem efectuada por este à costa do Brasil, entre 1530 e 1532, mas mais seguramente após o seu regresso dessa viagem<sup>60</sup>, ou seja entre 1532 e 1539, data da sua partida para a

<sup>58</sup> *Idem*, *ibidem*, loc. cit.

<sup>59</sup> Sousa Viterbo, que in *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI (Apontamentos para a sua história)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924, estudou pormenorizadamente a produção tipográfica em Coimbra ao tempo dos impressores João Álvares e João da Barreira, é omissos em relação a esta obra.

<sup>60</sup> Nessa viagem de Pêro Lopes de Sousa pelas costas do Brasil está presente, conforme regista Capristano de Abreu — o autor do Prefácio à edição de 1940 organi-

Índia, em cuja viagem de regresso virá a falecer, junto à ilha de S. Lourenço<sup>61</sup>, no ano seguinte.

Mesmo que Manuel Faria e Sousa tenha editado documentos que pudessem induzir na morte deste navegador algum tempo mais tarde<sup>62</sup>, a historiografia mais recente inclina-se, a este respeito, para o ano de 1540<sup>63</sup>. É com base na conjectura temporal deste ano de 1540 para a morte de Pêro Lopes de Sousa que nos interrogamos também se, porventura, o humanista Inácio de Moraes — ao saber da morte do irmão de Martim Afonso de Sousa — não lhe terá dedicado um poema elegíaco, com inspiração, de algum modo, na obra a Herénio, do pseudo-Cícero, e o terá publicado como *proemium* a uma edição de textos com a *Retorica*, do Arpinate, por ele preparada ou por outrem, mas hoje desaparecida (trata-se de um resumo, em verso, do Livro I da *Retórica a Herénio*).

---

zada pelo Comandante Eugénio de Castro (e referenciada atrás in nota 55) —, ao serviço de Pêro Lopes de Sousa, no Pernambuco, Paulo Nunes Estaço, pai precisamente do humanista português Aquiles Estaço que, como se verá, se notabilizou também no século XVI nos estudos (e edições da obra) de Cícero. Vide Américo da Costa Ramalho, «Aquiles Estaço no Brasil (Pernambuco 1532), constante do seu estudo «Notas sobre a formação de Aquiles Estaço», in *Estudos sobre o Século XVI*, ed. já cit. de 1980, p. 300.

<sup>61</sup> M.E.C.F., na entrada «Pêro Lopes de Sousa» in *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, loc. cit., apresenta para a morte deste navegador a data de «1539?» que, hoje, já se encontra cientificamente resolvida. Vide nota 62.

<sup>62</sup> Manuel Faria e Sousa, in *Ásia Portuguesa*, trad. de Maria Vitória Garcia Santos Ferreira, Porto, Liv. Civilização, Bibl. Histórica, 1947, alude, in vol. III, pp. 29, 31, 127, 150 e 154 às viagens e feitos do irmão de Martim Afonso de Sousa. Este historiador, com efeito, reportando-se a acontecimentos registados na Índia ao tempo do governo de Martim Afonso de Sousa, mais precisamente em 1544 — portanto quatro anos após aquele que hoje se aceita como o da morte de Pêro Lopes de Sousa — regista [vol. III, p. 127]. «Enquanto acontecia assim, o governador foi organizando uma armada de 45 naus com três mil homens de mar e guerra. Capitães de que se conservaram os nomes: Pedro Lopes de Sousa...». Confirmando-se a data de 1540 (proposta modernamente por autores como Carmen Radulet — vide nota seguinte) nesta data já Pêro Lopes de Sousa havia falecido há cerca de quatro anos.

<sup>63</sup> Na entrada sobre «Pêro Lopes de Sousa», constante do *Dicionário dos Descobrimientos Portugueses* [Direcção de Luís de Albuquerque e Coordenação de Francisco Contente Domingues], Lisboa, Editorial Caminho, 1994, vol. II, p. 1005, a autora C.R. [Carmen Radulet], sustenta que Pêro Lopes de Sousa pereceu no naufrágio da nau *Esperança Galega*, em 1540, durante a viagem de regresso de Goa para Lisboa, próximo à ilha de S. Lourenço. Terá sido este trágico acontecimento que motivou o humanista Inácio de Moraes a evocar, numa elegia, o navegador que, na perspectiva de M.E.C.F. [in art. já cit.], «teria cursado na Universidade de Lisboa estudos de navegação...?»

A dificuldade maior na interpretação do texto da dedicatória, por Inácio de Moraes, a Pêro Lopes de Sousa, continua a advir da utilização da expressão *Iuveni*. O facto de se tratar de uma elegia, exaltando porventura o maravilhoso cristão — na peugada da militância cristã propugnada por Erasmo<sup>64</sup> — é que nos leva a aceitar também como hipótese tratar-se de uma poesia enaltecadora dos feitos de alguém que mereceu nas suas andanças e lutas por terras e mares do Oriente português. A invocação da *juventude* de Pêro Lopes de Sousa, nesses versos, pode ter apenas uma leitura metafórica? Não o sabemos. A hipótese, atrás apresentada, de se tratar do filho de Martim Afonso de Sousa parece, no entanto, ganhar cada vez maior consistência.

Tal poema, se se pudesse vir a comprovar que foi votado a este grande defensor dos interesses de Portugal nas costas da Índia, encontraria — na obra de Inácio de Moraes — um notório paralelismo com esse outro que o autor escreveu, presumivelmente décadas depois — talvez dos fins dos anos sessenta ou início dos anos setenta desse século XVI — em louvor de D. Luís de Ataíde<sup>65</sup> e com interesses afins a um outro de André de Resende<sup>66</sup>. Pelo menos neste caso concreto, serão evidentes as afinidades da lírica moraliana em relação a figuras que se destacaram ao serviço do

---

<sup>64</sup> Essa militância é constante de várias obras do humanista de Roterdão, muito em particular in *Enchiridion Militis Christiani*, que José V. de Pina Martins, in *Au Portugal dans le Sillage d'Érasme*, ed. já cit., p. 77, não tem dúvidas em considerar como «l'œuvre la plus important d'Érasme en ce qui concerne l'orientation essentielle de sa pensée spirituelle».

<sup>65</sup> Esse poema de Inácio de Moraes em louvor de D. Luís de Ataíde foi publicado pela primeira vez, por António Pinto Pereira, na edição da *História da Índia, no Tempo em que a Governou o Visorey Dom Luís d'Ataíde*, Coimbra, no prelo de Nicolau de Carvalho, 1617 [primeiro caderno], pag. não numer. A aludida obra de Pinto Pereira encontra algum paralelismo com a de António de Castilho e intitulada *Comentário do cerco de Goa e de Chaul no ano de 1570. Viso-Rey Dom Luís de Ataíde, scripto por mandado d'el Rey nosso Senhor. Em Lisboa. M.D.LXXIII. Impresso em casa de António Gonçalves*. Considerada também bastante rara por Inocêncio Francisco Silva (*Dicionário...*, I, p. 108) é a edição desta obra saída em Lisboa, em 1736, na Oficina Joaquiniana da Música [de que existe um exemplar na Livraria Humanística da História da Tipografia de Expressão Cultural Portuguesa, LHITIPOR].

<sup>66</sup> Regista o Prof. Luís de Matos, in *L'Expansion Portugaise dans La Littérature latine de la Renaissance* [Tese defendida na Sorbonne em 31 de Janeiro da 1959], Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação, 1991, p. 435, que o poema de Resende em louvor de D. Luís de Ataíde fora inicialmente publicado em Roma (cerca de três anos depois do regresso triunfal desse defensor da soberania portuguesa na Índia a Lisboa), em 1575. A nova edição desse texto veio a verificar-se nas folhas preambulares da referida edição seiscentista da obra de António Pinto Correia.

Império português no Oriente, não muito distantes, talvez, da data da primeira edição d'*Os Lusíadas*<sup>67</sup>.

## AD ILLVSTRISSIMVM VIRVM DOM. LVDOVICVM DE ATAIDE

Quondam Imperatorem Indicum, Ignatius Moralis.

**E**oam ludonice plagam pro regē petisti,  
 Vt leges Indis, reſtaq; iura dares.  
 Nauq; tibi excelsæ præſtans prudentia mentis  
 Præbuit ad tanti culmen honoris iter.  
 Atq; vt gemma nitet, quam fuluum amplectitur aurum,  
 Sic quoque lux generis moribus aucta tuis.  
 Ambitione vacans virtus apparuit ingens  
 Te duce, pro ſancta geſtaq; bella fide.  
 In mare dum Ganges liquidas immiſerit vndas,  
 Non poterit laudis non meminiffe tuæ.  
 Tu bonus es miles, tuque optimus Induperator,  
 Tu decus, & gentis gloria rara tuæ.  
 Caſare tu maior, ſuperas Garamantas, & Indos;  
 Famamq; extendis iuſta per arma tuam.  
 Obſcuro rumor turpabat crimine nomen  
 Caſaris, ille ſum eſt, & ſine labe tuum.  
 Ille ſuas vires patriam conuertit in ipſam;  
 Confirmas patriam viribus ipſe tuis.  
 Cum ſocero Magno certamina miſcuit ille;  
 Tu pia cum ſocio fœdera pacis amas.  
 Ille a quilas vanas, vexilla ſuperba gerebat;  
 Tu geſtas ſancta ſigna verenda crucis.  
 Denique dat penas ille, & cruciatur in Orco,  
 At tu Pro meritis ſydera ceſſa petes.

### DE SPO.

Folha do poema que Inácio de Morais dedicou a D. Luís de Ataíde, que se notabilizou em feitos militares no Oriente.

<sup>67</sup> Não deixa de haver alguma coincidência no facto de esse modelo *evocativo* estar presente em *Os Lusíadas* — impressos em 1572, primeiramente, em casa de António Gonçalves, sùmula maior da evocação dos feitos lusitanos no Oriente — e, logo de seguida, ser *continuado* no referido poema de André de Resende (e também no de Inácio de Morais se se aceitar que foi produzido também já posteriormente à primeira edição da epopeia).

#### 4. AINDA EM TORNO DA QUERELA DO CICERONIANISMO

Na ausência de documentação que o possa provar inequivocamente, terá de ser mantida em aberto a questão se Inácio de Moraes produziu aquela composição poética dedicada ao navegador Pêro Lopes de Sousa (antes de 1539, data da partida deste para a Índia, ou posterior à morte do mesmo navegador, em 1540), ou dedicada ao filho de Martim Afonso de as Sousa, com o mesmo nome daquele. De uma forma ou de outra, essa obra traduz — pela leitura do título (o único elemento que temos presente) — uma aproximação directa do humanista de Bragança a Cícero e, porventura, aos ideais de elegância formal ciceroniana.

Importará ver, também, que, na década de trinta desse século ainda continuava na península a estar presente um conjunto de ideias que eram o resultado da vulgarmente designada por *querela do ciceronianismo* — resultante das tomadas de posição de Erasmo no período de 1527-1528. É sabido que, no fervor dessas discussões estava a oposição frontal dos latinistas italianos, e mais precisamente romanos, seguidores de um latim de aparato estritamente clássico, decalcado do de Cícero, a alguns intelectuais como Erasmo, que haviam optado pelo latim em detrimento da sua língua natal [nesse caso o neerlandês], «mas pretendendo praticar um latim vivo, rico de contributos de toda a latinidade, designadamente cristã»<sup>68</sup>.

Essa procura ou, se se preferir, essa opção cultural e espiritual, patenteou-a o humanista de Roterdão essencialmente na sua obra *Ciceronianus*. E, nesse âmbito, é legítimo interrogarmo-nos sobre quais os intelectuais portugueses que, directa ou indirectamente, foram sensibilizados, em fins dos anos vinte ou porventura já durante a década de trinta, por esse espírito cícero-erasmiano. Entre eles estiveram, estamos em crer, numa posição de chefes de fila André de Resende, Diogo de Murça e, um pouco depois, D. Jerónimo Osório, António de Gouveia e Aquiles Estação.

Importa ter-se presente uma das mais esclarecedoras passagens desse texto do *Ciceronianus*, para o leitor poder aquilatar do alcance fundamental das ideias de Erasmo neste domínio:

---

<sup>68</sup> Bebemos esta síntese, sobre o ideal da *querela do ciceronianismo*, de *Littérature, Textes et Documents, Moyen Âge - XVI<sup>e</sup>*, organiz. por Anne Berthelot e François Cornilliat, Intr. por Jacques Le Goff. Paris, Ed. Nathan, Col. dirig. por Henri Mitterand, 1988, pp. 224-225.



[A cena passa-se entre Buléforo (conselheiro) e Hipólogo, que decidiram *curar* Nosopon da sua *doença*. Começam por lisonjear a sua mania, com tanta ironia que o desgraçado nem se apercebe]

**NOSOPON** — *Há já sete anos que não pego em nenhum livro a não ser de Cícero, abstendo-me de todos os outros com o mesmo escrupulo religioso dos Cátaros, que se abstinham de carne.*

**BULÉFORO** — *E porquê?*

**NOSOPON** — *Para que nenhum elemento de outro estilo, saído de sabe-se lá onde, venha misturar-se com o estilo ciceroniano e contamine a sua pureza. Assim, para não correr o risco de pecar por imprudência, quaisquer que sejam as obras dos outros autores, afastei-as da minha vista e fechei-as num cofre: enfim, há apenas lugar na minha Livraria para o único Cícero.*

**BULÉFORO** — *Oh! Eu fui tão descuidado por não ter venerado Cícero com um zelo tão escrupuloso!*

**NOSOPON** — *Não apenas na capela da minha casa e na minha Livraria, mas também por cima de todas as portas mandei colocar um belo retrato do meu mestre, envolto numa moldura incrustada de pedras preciosas, para que ele não esteja ausente da minha vista. Assim nenhuma outra imagem me atravessa o espírito durante o sono, a não ser a de Cícero.*

**BULÉFORO** — *Isso não me admira.*

**HIPÓLOGO** — *Eu coloquei-o no meu calendário, entre os apóstolos.*

**BULÉFORO** — *Isso não me choca. Não chegam tantas vezes a denominá-lo por deus da eloquência?*

**NOSOPON** — *De tanto folhear e folhear os seus escritos, com tanta assiduidade, poderia citar-vo-lo quase por inteiro.*

**BULÉFORO** — *Fala-nos do teu trabalho.*

**NOSOPON** — *Dediquei-me à imitação.*

**BULÉFORO** — *Quanto tempo levaste para te preparar?*

**NOSOPON** — *Tanto tempo quanto a leitura.*

**BULÉFORO** — *É pouco para uma coisa tão difícil. Queira o céu que a honra de um título tão brilhante me seja concedido, mesmo com setenta anos!*

**NOSOPON** — *Mas ouve o resto. Não me restringi apenas a todo este trabalho, em todos os livros deste homem divino não há palavra que não tenha inscrito num dicionário alfabético.*

**BULÉFORO** — *Deve ser um volume enorme.*

**NOSOPON** — *Dois mariolas robustos o levariam sem dificuldade às costas e estariam com peso bastante como bestas de carga.*

**BULÉFORO** — *Oh! Vi em Paris uns que o faziam carregar por um elefante!*

NOSOPON — *Mas também redigi um segundo volume, mais importante que o primeiro, onde anotei, por ordem alfabética, todas as habilidades de frases próprias de Marcus Tullius.*

BULÉFORO — *Agora, sinto-me envergonhado da minha anterior ociosidade.*

NOSOPON — *Enfim, juntei-lhe uma terceira obra.*

BULÉFORO — *O quê? Há ainda uma terceira?*

NOSOPON — *Não se podia fazer por menos. Nesta última juntei todas as cadências com que Cícero começa ou acaba as suas tríades, as suas discussões, os seus períodos, a seguir as cadências métricas pelas quais ele rege o seu estilo, e os diferentes preceitos que utiliza para exprimir o seu ritmo. Assim, o mínimo pormenor não me podia escapar*<sup>69</sup>.

A preocupação em aplicar o espírito cristão ao texto numa língua latina rediviva — patente em Erasmo — foi perfilhada, como referimos atrás, por intelectuais portugueses como André de Resende e por outros como Diogo de Murça ou, um pouco depois, D. Jerónimo Osório, entre diversos autores.

Já em 1534, na *Oratio pro rostris* (a que nos reportámos na parte inicial deste estudo), André de Resende patenteara seguir este modelo de acção ciceroniano. O sábio Prof. Joaquim de Carvalho, em estudo de 1927, se apercebeu desta realidade ao explicitar: «*Ciceronianus est, non christianus*, dissera S. Jerónimo, e parafraseando o dito pregoara André de Resende (...) *Christianus sum, non ciceronianus*. Na densa concisão da paráfrase sente-se pulsar a sensibilidade religiosa do humanista perante o facto, talvez a seu ver irreparável, da cisão que os audazes do século cavavam entre as Letras divinas e as humanas.»<sup>70</sup>

A questão que se coloca no tocante a uma aproximação, por parte de autores portugueses, a esse espírito da *conjugação* dos conhecimentos da

<sup>69</sup> Erasmo, *Ciceronianus*, 1528. Vide, ainda, trad. de Pierre Mesnard, Paris, Ed. Vrin, 1970. Sobre as várias edições desta obra erasmiana vide Ferdinand Vander Haeghen, *Bibliotheca Erasiana*, Nieuwkoop, B. de Graaf, 1972 [reed.].

<sup>70</sup> Joaquim de Carvalho, «A Livraria de um letrado do século XVI — Frei Diogo de Murça», in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 1927 [republicado in Idem, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do Século XVI*, vol. II, pp. 111-139; e in *Joaquim de Carvalho, Obra Completa, II, História da Cultura*, sob a Dir. do Prof. José V. de Pina Martins, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1982, pp. 569 e sgs. Remetemos, ainda, a respeito da Livraria de Frei Diogo de Murça para Artur Moreira de Sá, «Livros de uso de Frei Diogo de Murça», in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, n.º 33, Coimbra, 1977, pp. 69-109 [em separata]; e para J. Mattoso, «Diogo de Murça (Frei)», in *Verbo — Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 6, Lisboa, 1967, cols. 1434-35.

língua latina com o espírito do cristianismo, propugnada por Erasmo, é quem foram os que tiveram um papel mais relevante no *transporte* primeiro, e aplicação dessas mesmas ideias, na Península de pós-1530.

Por exclusão de partes, entre os primeiros não se contam D. Jerónimo Osório, que só cerca de 1539 terá principiado na preparação, em Bolonha, das suas primeiras obras de fundo, *De Nobilitate Civili, libri II*; e *De Nobilitate Christiana, libri*, editadas em Portugal em 1542, já após o seu regresso<sup>71</sup>.

Não se conta entre os primeiros, de igual modo, António de Gouveia, que só em fins de 1541 se encontra em Paris, dando aulas no Colégio de Santa Bárbara, à altura dirigido por seu tio Diogo de Gouveia Sénior, como elucida magistralmente Joaquim Veríssimo Serrão<sup>72</sup>. E é precisamente de 1542 — o ano em que sai do prelo de Luís Rodrigues, em Lisboa, aquela obra (dupla) de D. Jerónimo Osório — que é dado a conhecer o primeiro tratado de António de Gouveia votado a Cícero.

O grande problema que se poderia colocar, pois, ao investigador, neste âmbito, é quanto ao facto de se saber quem teve maiores responsabilidades na introdução desses ideais *ciceronianos* de Erasmo no nosso país, se André de Resende se Frei Diogo de Murça. Não restam hoje dúvidas que a responsabilidade nas primícias desse espírito erasmo-cicero-

<sup>71</sup> O Prof. João Manuel Nunes Torrão, tendo defendido na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Maio de 1991, a sua Tese de Doutoramento, subordinada ao tema *D. Jerónimo Osório e o Tratado «De Gloria»*, veio trazer achegas muito válidas e inovadoras — abrindo assim novas hipóteses a outras formuladas por Barbosa Machado — em relação à obra humanística do Bispo do Algarve. Uma dessas hipóteses, e para além de vir alterar a data de nascimento de Jerónimo Osório de 1506 (proposta por B. Machado) para fins de 1514 ou até mesmo Janeiro de 1515), diz respeito à indicação de que o humanista não regressou de Itália a Portugal em 1539, como propôs o Abade de Sever, mas já em 1542 presumivelmente. Esse facto levou J. M. N. Torrão a considerar que o *De Nobilitate Christiana* não foi escrito a partir de 1536 (data proposta por B. Machado), mas muito provavelmente a partir de 1539. Agradecemos a este investigador e docente da Universidade de Coimbra o ter-nos adiantado, em fase prévia à publicação da sua Tese, algumas destas suas conclusões científicas. Elas vêm provar [sobretudo a última data] que para um estudo da formação ciceroniana em D. Jerónimo Osório — resultante, até, das leituras bibliográficas feitas nesse período em Itália — torna-se necessário considerar apenas o período pós-1539.

<sup>72</sup> Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *António de Gouveia e o seu Tempo*, Coimbra, 1966; e, ainda, Luís de Matos, «Sobre António de Gouveia e a sua Obra», in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1966, vol. VII, pp. 557-724, onde é apresentada uma exaustiva bibliografia da autoria do humanista.

niano cabe, numa primeira instância, a Resende e, logo numa segunda instância — não muito distante aliás da primeira — a Frei Diogo de Murça.

Colocando em paralelo os itinerários de formação humanística do primeiro e do segundo humanistas portugueses, chega-se à inequívoca conclusão que, em ambos, a estadia na Flandres — em universidades dessa região como a de Lovaina — terão sido decisivas para captar o essencial das ideias de Erasmo (como a parte perfilhada) no âmbito dessa *querela ciceroniana*. A discussão das ideias da querela, no âmbito das universidades francesas, se bem que à altura fosse também uma realidade, viria anos depois a beneficiar de um novo implemento, com a publicação das obras de Johannes Sambucus e de Pierre la Ramée<sup>73</sup>, respectivamente o *De Imitatione Ciceroniana dialogi tres* e o *Ciceronianus*.

André de Resende em 1529 — e servimo-nos da magistral síntese sobre a vida e obra do humanista estabelecida pelo Prof. Luís Sousa Rebelo — encontrava-se em Lovaina (depois da sua intensa actividade intelectual em alguns pontos da Península como por exemplo em Alcalá de Henares e Salamanca, após o que regressou a Portugal). Isso sucedia, já se vê, apenas alguns meses após a edição *princeps* do *Ciceronianus* de Erasmo. Terá lido o português então essa obra? Estamos em crer que sim. Caso não a tenha lido logo então tê-la-á lido — e até dada a amizade (e correspondência) que estabeleceu com o humanista de Roterdão<sup>74</sup> — pouco depois. A sua citação, já em 1534, em Lisboa, é a melhor prova que poderíamos apresentar.

E quanto a Frei Diogo de Murça? O Prof. José Mattoso é bem claro ao referir que, em 27 de Maio de 1533, Frei Diogo de Murça estava «certamente em Lovaina, onde recebeu o grau de doutor em Teologia»<sup>75</sup>. Este facto explica que, também aí — e dados os interesses erasmianos (e não só) que se lhe conhecem a partir dessa data — poderá ter conhecido, e até perfilhado, as ideias erasmianas em torno do *ciceronianismo*.

<sup>73</sup> Alude a este facto, embora sumariamente, o Prof. Léon Bourdon in «Jugements d'humanistes anglais sur le *Ciceronianisme* de Jerónimo Osório», in Revista *Humanitas*, vol. VI-VII da nova série [vol. IX-X da série contínua], Coimbra, 1957-58, p. 25.

<sup>74</sup> Manuel Cadafaz de Matos, *Erasmo da sua Modernidade*, já cit., 1987; e do Prof. Luís Sousa Rebelo, «Resende, Lúcio André de», in *Dicionário de Literatura*, 4.ª ed., 1989, p. 925.

<sup>75</sup> J. Mattoso, «Diogo de Murça (Frei), ELBC [vide, atrás, nota 69].

Mas não menos importante do que isso é a leitura de Cícero por parte de Frei Diogo de Murça, sobretudo a partir de 1537. É sabido que nesse ano — dois anos depois de ter criado em Penha Longa, por indicações de D. João III, «um colégio onde os religiosos estudavam ciências» — este frade transferiu esse mesmo colégio (ainda por ordens do mesmo monarca), para o Mosteiro de Santa Marinha da Costa, próximo de Guimarães<sup>76</sup>.

Neste novo mosteiro havia, ao que é sabido, uma biblioteca favorável aos estudos humanísticos. Os livros que a integravam são conhecidos nos nossos dias graças, pelo menos, a dois factores. O primeiro porque, em Novembro de 1543, D. João III nomeou Frei Diogo de Murça reitor da Universidade de Coimbra<sup>77</sup> e, deslocando-se o religioso para esta cidade, levou tais livros com ele. O segundo deve-se ao facto de, quando este religioso faleceu [em Refojos de Basto, segundo J. Mattoso, em 1561], ter feito um inventário dos bens que possuía, designadamente dos seus livros, manuscrito esse dado a conhecer pelo Prof. Joaquim de Carvalho<sup>78</sup>.

Importa, assim, para o estabelecimento de uma história da Leitura — ao nível de uma teoria da recepção e de captação dos ideais humanísticos

<sup>76</sup> Artur Moreira de Sá, «Livros de Frei Diogo de Murça», *ja cit.*, p. 20.

<sup>77</sup> Francisco Leitão Ferreira, in *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra*, em edição do Prof. Joaquim de Carvalho, regista algumas das decisões de Frei Diogo de Murça, após empossado Reitor da Universidade de Coimbra, em 5 de Novembro de 1543: «(...) mandou El Rey D. João III vir de Paris a Marcos Romeiro e Payo Rodrigues de Villarinho, ambos Doutores Teólogos por aquela Universidade, para lerem nesta a Sagrada Escritura; o primeiro leu depois a cadeira de Véspera de Teologia e foi Cónego de Coimbra; e o segundo, principal do Colégio das Artes e Cónego Magistral de Évora; e para ler a cadeira de Prima de Leis, a Fabio Arcas Armania, *Doutor in utroque jure* com trezentos e sessenta mil reis de salário; e para a de Véspera da mesma Faculdade, a Ascanio Escoto, também *Doutor in utroque jure...*»

<sup>78</sup> No estudo do Prof. Joaquim de Carvalho, já referenciado, divulgam-se um «Recibo de Frei Heitor de Monforte, Procurador do Convento de Penha Longa, de como lhe foram entregues os livros que tinham pertencido a Frei Diogo de Murça. 26 de Fevereiro de 1566.» [ed. cit., 1982, pp. 584 e sgs.]; e «Inventário dos Livros, que se acharão no Collegio de S. Bento de Coimbra em huns cofres, por morte do P.<sup>o</sup> Fr. Diogo de Murça, e tinhão vindo da Costa; Mandados entregar ao Collegio de S. Jeronymo de Coimbra pelo Snr. Rey D. Joao o 3.<sup>o</sup> e depois de sua morte pela Snra. Rainha D. Catherina» [idem, pp. 601 e sgs.]. Este último documento é o ms. 610 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Para uma leitura mais judiciosa destes inventários regista ainda Moreira de Sá, in *op. cit.*, p. 12: «Em 2 de Abril de 1551 [dias depois da morte de Frei Diogo] iniciaram-se os inventários dos [258] livros que se encontravam nos Paços Reais [em Coimbra] e tinham vindo recentemente do Colegio de S. Bento.»

— em Frei Diogo de Murça, no âmbito da problemática ciceroniana que aqui nos traz, descortinar quais as obras que este religioso fez integrar na sua Livraria [ou, para sermos mais precisos, na Livraria do seu mosteiro], em particular os livros da autoria de Marco Túllio Cícero em edição de alguns dos principais humanistas do período da segunda metade de quatrocentos e das primeiras décadas de Quinhentos.

Essas obras de Cícero constam apenas do segundo documento divulgado por aquele erudito conimbricense. São elas [apresentando-se entre parêntesis a mesma classificação que lhe foi dada por Joaquim de Carvalho].

*Inventário dos Livros que se acharão no Collegio de S. Bento (... por morte do Pe. Frei Diogo de Murça:*

- 1 [LI] Marco Tulio *De Oratoria*;
- 2 [CIV] *Epistolas* de Tulio commentadas [*Epistolae*];
- 3 [CXXXVII] *As Tosculanas* [*Tusculanarum quaestionum lib. V*];
- 4 [CLX] Machobio (sic). [*Macrobii expositio in Somnium Scipionis M. T. Ciceronis...* (texto que fora objecto de comentário por parte do humanista peninsular J. L. Vives e constante, designadamente, da edição de Veneza, do prelo de Hieronymum Scotun, existente na LHITIPOR)];
- 5 [CXCIX] As obras de Túlio em quatro volumes [*Opera*];
- 6 [CCLXXXI] *Orationes* Ciceronis com commento [*Orationes*]<sup>79</sup>.

É nítido, na documentação revelada pelo Prof. Joaquim de Carvalho, que os livros inventariados — e antes pertencentes — a Frei Diogo de Murça, vieram já do Mosteiro de Santa Marinha da Costa. Esse dado é importante e permite, ao nível da já aludida história da leitura neste religioso, que eles estiveram em poder dele (e porventura foram lidos) nos anos que antecederam esse período. Interessam assim, pois, à circulação de edições com textos ciceronianos em Portugal no período que medeia, pelo menos, entre os anos de 1535 (data da fundação por este religioso do convento de Penha Longa) e 1537 e Novembro de 1543, data da chegada de Frei Diogo de Murça a Coimbra, para ocupar o cargo de Reitor da Universidade.

A leitura, por parte deste frade hieronimita, de obras de Cícero, em posse do seu mosteiro a partir, o mais tardar, do período 1535-1537, leva

<sup>79</sup> Estas referências a obras de Cícero constantes da referida Livraria encontra-as o leitor in Joaquim de Carvalho, *ed. cit.*, 1982, pp. 607-635.



Retrato do humanista Diogo de Teive, leitor de Cícero.

a que o mesmo seja perspectivado como erasmo-ciceroniano<sup>80</sup>, e um dos responsáveis, decerto, pela divulgação no nosso país dessa postura do humanista de Roterdão ante a língua latina, a língua do Arpinate mas também de Lorenzo Valla, criador e defensor de *Elegantiae de Lingua latina*.

<sup>80</sup> Vide José V. de Pina Martins *Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do século XVI — Estudos e Textos*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1973, p. 160 (n. 313), onde este erudito esclarece, que a lista bibliográfica de Frei Diogo de Murça «é infinitamente preciosa para julgarmos acerca da cultura humanística daquele letrado português». Para além de Erasmo estão nela representados, com efeito, Guillaume Budé, Rudolfo Agricola, Vives, A. Nifo, Sadoletto, Ermolao Barbaro, Pontano e Filelfo.

## ALGUMAS CONCLUSÕES

No período compreendido entre 1534 — ano em que André de Resende pronuncia em Lisboa a conhecida *Oratio pro Rostris* (em que patenteia estar em uníssonos com Erasmo no tocante à *querela do ciceronianismo*) — e 1543, em que Frei Diogo de Murça, também ele reputado erasmista e leitor de Cícero, é empossado no cargo de Reitor da Universidade de Coimbra, vários intelectuais-humanistas portugueses recorrem, na sua produção textual à leitura de textos do Arpinate que publicam simplesmente em latim, traduzem, comentam, ou até glosam poeticamente.

Pela documentação compulsada conclui-se que há comportamentos, nestes eruditos, que se pautam por referenciar as fontes de onde *bebem* as suas ideias. É o caso de humanistas como André de Resende ou Inácio de Moraes. Outros há, porém, que são influenciados, directa ou indirectamente, pela obra do Arpinate, não referenciando nem o autor nem a fonte. Contam-se, neste caso, humanistas como Teotónio de Bragança, durante a sua primeira fase de vida intelectual em Coimbra, D. Jerónimo Osório, sobretudo a partir da última fase do período de que aqui nos ocupamos, ou ainda Jerónimo Cardoso.

O facto de não terem chegado até hoje algumas das obras destes autores nacionais — mas de que há testemunho haverem sido editadas — dificulta, de algum modo, a abordagem sobre os interesses ciceronianos de alguns deles no período de cerca de uma década aqui em apreciação. O que ressalta, porém, da análise das obras conhecidas é que, sobretudo a partir de 1530-1534, o *Ciceronianus* de Erasmo foi conhecido em Portugal, trazido por humanistas que viajaram por universidades europeias como as de Lovaina e Paris (mas também as de Alcalá e de Salamanca). Em algumas das principais cidades como Coimbra, Lisboa e Évora, essa obra do humanista de Roterdão contribuiu para apurar o interesse pela leitura das obras do Arpinate, que existiam também em praticamente todas as Livrarias de homens de grande cultura na Península.

Um pouco à semelhança do que já sucedera em Castela após 1528, também neste recanto da Península, na contenda entre *ciceronianos* e *erasmistas*<sup>81</sup> a adesão pendeu para o lado de Erasmo.

[Óbidos, Quinta da Fonte dos Corações, Março-Setembro de 1994]

---

<sup>81</sup> Eugenio Asensio, «Ciceronianos contra erasmistas en España, dos momentos (1528-1560)», in *Revue de Littérature Comparée*, n.º 2-3-4, Paris, 1978, pp. 135 e sgs., in *Hommage à Marcel Bataillon*, intelectual a quem Portugal também tanto deve (de quem se comemorou no ano de 1994 o centenário do seu nascimento) e que também aqui homenageamos.